

O IMAGINÁRIO DA FORMATURA



**UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO DOS FORMANDOS
DO CURSO DE DIREITO PERTENCENTES À CLASSE
MÉDIA.**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDIANA ABREU AVELAR
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
EDIANA ABREU AVELAR

O IMAGINÁRIO DA FORMATURA:

Um estudo sobre o pensamento dos formandos do curso de direito
pertencentes à classe média

Petrópolis - RJ
2007

EDIANA ABREU AVELAR

O IMAGINÁRIO DA FORMATURA:

Um estudo sobre o pensamento dos formandos do curso de direito
pertencentes à classe média

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Petrópolis como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Rudge
Werneck

Petrópolis - RJ

2007

EDIANA ABREU AVELAR

O IMAGINÁRIO DA FORMATURA:

Um estudo sobre o pensamento dos formandos do curso de direito
pertencentes à classe média

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação da Universidade
Católica de Petrópolis como parte dos
requisitos para a obtenção do título de
Mestre em Educação.

Petrópolis, 09 de maio de 2007

Banca Examinadora:

Profª Drª Vera Rudge Werneck - Orientadora

Profª Drª Maria Celi Chaves Vasconcelos - Titular interno

Prof^o Dr^o Antonio Flávio Moreira - Suplente interno

Profª Dr^o Luis Carlos Bittencourt - Titular externo

Profª Drª Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun - Suplente externo

Petrópolis - RJ

2007

*Dedico essa trajetória ao meu pai, **Paulo Avelar Filho**, e ao meu filho, **Caio Cesar Avelar de Sousa**.*

Um, por ter depositado em mim suas esperanças e suas crenças. O outro, por me fazer crer que sempre será possível sonhar e superar as nossas limitações.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento de volta, pois, na busca de nossas recordações, podemos reavivar os sentidos por aqueles que em algum momento foram importantes para nós.

Em primeiro lugar, eu agradeço a Deus. Eu não teria conseguido chegar até aqui se não tivesse sido levada pelo Divino.

À minha Mãe do Céu, essa força doce e misteriosa que se faz presente em cada minuto de minha vida.

Ao meu marido Cesar, por seu amor companheiro e por sua compreensão pelas tantas ausências causadas pelas horas de estudo.

À minha mãe Nilda, pelo cuidado de cada dia, e à minha madrinha Edila, pelas orações e conselhos de mãe.

À minha amiga Eliane Furtado, pela sincera torcida e constante apoio.

À minha amiga Cíntia Chung, pelo companheirismo dessa caminhada e anjo zelador nos momentos de desânimo.

Ao druida Bitt, por ter dividido comigo a sua luz e a sua sabedoria.

À minha orientadora, Vera Rudge Werneck, que me permitiu partilhar de seu conhecimento, respeitando o meu pensar e as minhas dificuldades.

À professora Maria Celi Chaves de Vasconcelos, que me inebriou com suas aulas, acendendo a centelha dessa jornada.

Aos amigos Julio Martins, Alipia Ramos, Maria Emília de Jesus Gomes, Renata Feital e Lucia Rebello, que torceram incansavelmente por mim.

E aos amigos que, por um lapso da memória, não estão com seus nomes escritos neste papel, mas que sempre estarão presentes no meu coração, influenciando com suas histórias o meu imaginário.

Somos herdeiros do que recebemos no passado, mas temos um compromisso para com as gerações vindouras, no que iremos legar a elas. O desafio de cada geração é acrescer, ao patrimônio de experiência, valores, ideais que recebeu e legar mais à geração vindoura, o que significa que fizemos a nossa parte.

Gustavo Alberto Corrêa Pinto

(Filósofo e Monge Budista)

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. ASPECTOS DAS FORMATURAS CONTEMPORÂNEAS**
 - 2.1. A tradição da colação de grau no ensino superior
- 3. IMAGINÁRIO E O AGIR HUMANO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**
 - 3.1. O conhecimento através do estudo do imaginário
 - 3.2. O simbólico das instituições
 - 3.3. A importância dos rituais para o homem
- 4. O FORMALISMO BRASILEIRO**
 - 4.1. Fundamentos históricos da cultura bacharelesca
 - 4.1.1. Panorama da europeização dos costumes
 - 4.1.2. O sistema educacional e aristocratização do ensino brasileiro
 - 4.2. O Mito do Doutor e a proliferação dos cursos de direito
 - 4.3. A ascensão social da burguesia emergente na contemporaneidade
 - 4.4. Os herdeiros da burguesia emergente na contemporaneidade
 - 4.4.1. As classes econômicas e a classe média brasileira
- 5. OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA FORMATURA**
 - 5.1. A formatura como indício de *status* social
 - 5.2. A formatura como símbolo de condição para uma profissionalização
 - 5.3. A formatura como produto comercial
 - 5.4. A formatura como rito de passagem
- 6. O VALOR ATRIBUÍDO ÀS FORMATURAS CONTEMPORÂNEAS**
 - 6.1. Os caminhos da investigação
 - 6.1.1. A metodologia empregada na pesquisa

6.2. Análise descritiva

6.2.1. Categorização dos dados

6.2.2. Análise interpretativa das categorias

7. CONCLUSÃO

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9. Anexos

Anexo 1: Manual da Solenidade de Colação de Grau dos alunos de Graduação – UNICEM.

Anexo 2: O que usar? Formaturas.

Anexo 3: Critério de Classificação Econômica Brasil.

Anexo 4: Roteiro para aplicação de etapa qualitativa.

Anexo 5: Questionário para aplicação de etapa quantitativa .

Anexo 6: Planilha de tabulação pesquisa UERJ.

Anexo 7: Planilha de tabulação pesquisa UCP.

Anexo 8: Planilha de tabulação pesquisa UVA.

RESUMO

Este estudo tenciona identificar e analisar os sentidos do rito da colação de grau no ensino superior, cuja significação permanece inalterada desde a sua institucionalização. Esta investigação descreve a acepção das formaturas atuais a partir da Teoria do Imaginário. O referencial teórico se constrói com base no tratado de Gilbert Durand, que focaliza o pensamento atual, o *imaginário efetivo*, cristalizado na mente dos formandos; e no tratado de Cornelius Castoriadis, que faz referência às origens de produção do imaginário social, chamado por ele de *imaginário radical*, que se radica no inconsciente e é criador do homem e sua história. Partindo de um levantamento bibliográfico nos acervos da educação, foi possível trilhar um caminho desde os fundamentos da valorização da solenidade da diplomação até os nossos dias, com um corte que toma como sujeitos deste estudo aqueles oriundos da classe média. O retorno ao passado permitiu articular os laços que unem a importância da formatura no cotidiano universitário ao valor atribuído à titulação acadêmica pela burguesia emergente o século XIX. Um ideário que ajudou a construir as raízes do imaginário da formatura e do mito bacharelesco. O estudo apresenta, ainda, o pensamento contemporâneo dos formandos do curso de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Católica de Petrópolis e da Universidade Veiga de Almeida, que revelam a permanência, latente, do gosto pelo formalismo e do desejo burguês de ascensão social através da educação.

Palavras-chave: Educação, Imaginário, Formatura.

ABSTRACT

This work aims to identify and analyze the meaning of the graduation ceremony in higher education. This research describes the current concept of the graduation according to the Imaginary Theory. The theoretical background was built upon the treaty written by Gilbert Durand, which focuses on current thinking, the *effective imaginary* that is present on students' minds. It has also been based on the works of Cornelius Castoriadis on the origins of the making of the social imaginary; what the author has named *radical imaginary*, which is rooted on the unconscious and is what makes man and his History.

Starting from a bibliographical survey through works on Education, we were able to follow a path from the beginnings of the ceremony to our days, through an approach that focus on subjects of this study people who belong to the Brazilian middle class. This return to the past has allowed us to find common ground between the importance of the graduation on college life and the importance given to it by the emerging bourgeoisie in the 19th Century. A collection of ideas has helped form the roots for the graduation imaginary and the myth of the bachelordom. This study represents the contemporary thinking of graduates from the State University of Rio de Janeiro Law School, from the Petrópolis Catholic University and Veiga de Almeida University; who have kept the tradition of formalism and the bourgeois wish for social ascent through education.

Key words: Education, Imaginary, Graduation.

1.INTRODUÇÃO

“Ainda somos os mesmos
e vivemos como nossos pais”
Belchior

A inquietação pessoal sobre a imutabilidade da natureza humana, apesar das múltiplas transformações sócio-culturais ao longo dos séculos, obriga-nos a buscar na investigação científica o caminho mais plausível para o entendimento do objeto mais intrigante da existência humana: o próprio homem.

Além do fato de que uma pesquisa em educação torna viáveis novas propostas e enfoques para ações afirmativas, esta pesquisa se motiva pelas lembranças de minha infância e adolescência. Os discursos sobre a relevância da formação superior e dos objetos que a representam, tais como o diploma, a festa, o anel e a beca, sempre estiveram presentes nos diálogos de nossa casa quando os assuntos tratavam da escolha da carreira profissional.

Quando jovem, não foram poucas as vezes em que presenciei os sonhos e planos de meu pai para o dia de minha formatura. E foi com edificante alegria que pude testemunhar a felicidade de sua idealizada conquista totalmente impregnada em mim. Para corroborar a minha nova condição de bacharel, tive todos os apetrechos próprios do protocolo da formatura, desde o convite até o tão comentado anel de doutor.

Após 22 anos da solenidade de minha colação e depois de participar das inúmeras formaturas de meus alunos, torna-se esse rito de passagem algo mais inteligível para mim e objeto de muitas indagações. Por isso, esmiuçar as razões de sua permanência até os nossos dias, um tema oportuno para uma investigação científica em educação.

Nossa meta principal é a produção de um novo conhecimento, um outro olhar para uma realidade trivializada no cotidiano do senso comum. E, como “não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la” (BACHELARD, 1996, p.20), destruir a opinião a respeito da cerimônia de colação de grau através da perspectiva epistemológica é uma tentativa de trazê-la à luz das ciências.

Esta pesquisa objetiva identificar e analisar os significados da formatura solene no ensino superior adotados pelos alunos-formandos dos cursos bacharelados de direito. Em um segundo plano, é nosso intuito também com esse estudo, gerar subsídios à formulação de novos procedimentos nas instituições de ensino superior. Além disso, espera-se ainda provocar uma reflexão sobre a reprodução dessa prática acadêmica, com o intuito de propor, no campo da educação, uma melhor compreensão dos valores e dos aspectos histórico-culturais que envolvem o objeto, pois, conforme afirma Pinto,

para além das ideologias pedagógicas e das transformações institucionais, é necessário que também se tomem as práticas acadêmicas como objeto de análise, pois a dimensão prática revela o sistema de valores e representações que, apesar de encoberto pelo discurso oficial, permanece atuante entre os agentes, sem que seja alvo de uma sistematização consciente. (1999, p. 16)

É nossa intenção, no desenvolvimento do discurso, gerar as condições necessárias para uma nova contextualização sobre os papéis dos agentes envolvidos no processo e do próprio objeto em estudo. E, desse modo, contribuir para a redução das tensões provocadas pelo objeto no ambiente universitário, dada a magnitude dos arranjos do evento.

Pode parecer, num primeiro momento, que a questão do sonho de ingresso num curso bacharelado e, conseqüentemente, da

cerimônia da formatura, estejam ultrapassados e banalizados perante a ótica urbana, para a qual rotinas e práticas tradicionais fazem parte de um contexto comum em razão da assiduidade de sua realização. Entretanto, costumeiramente, não é o que se vislumbra nos palcos das instituições de ensino superior e nos anfiteatros dos clubes sociais. Este estudo visa confirmar se, principalmente para os alunos universitários oriundos das classes intermediárias, a conquista do diploma universitário e a participação na formatura continuam sendo um objeto de desejo há muito acalentado no imaginário desses formandos e de suas famílias. E, se este se manifesta, sobretudo, não somente em razão dos benefícios profissionais que esse estado lhe confere, mas também pela aparente imagem simbólica que esse novo *status* garante às identidades desses sujeitos.

A partir desses pressupostos, este trabalho se sistematizou dentro de uma proposta capitular que procura levar o leitor a indagações particulares sobre os rituais da formatura universitária. Após uma breve descrição de como se realizam as solenidades da colação de grau, principalmente aquelas que ocorrem nas instituições de ensino superior no estado do Rio de Janeiro, abordamos os caminhos teóricos que contribuíram para a análise do objeto e dos fatos históricos que influenciaram os padrões comportamentais contemporâneos.

No capítulo “Imaginário e o agir humano”, apresentamos a Teoria do Imaginário, cujo objetivo é o de explicar como se estabelece a internalização dos sentidos nas mentalidades de certos grupos sociais, imbuídos pelas ideologias da cultura de suas massas. São conceitos e teorias que contribuem, hoje, para uma melhor compreensão do ato humano instituído, pretendendo-se explicar certas atitudes intermitentes. Esse caminho teórico nos leva a um entendimento subjetivo do agir dos sujeitos e, dentro dessa perspectiva, permite um exame profundo a respeito dos sentimentos dos formandos em relação à sua própria formatura.

O estudo da sociedade através de seu imaginário possibilitou uma ampliação dos instrumentos de investigação etno-históricos, antes centrados no racionalismo. Trabalhos nesse campo têm possibilitado um melhor conhecimento do ideário humano e de suas interferências na conduta social. Essa situação propicia às variáveis da subjetividade uma participação maior no entendimento das coletividades, muito embora seus métodos ainda sejam utilizados com cautela, pois envolvem, na análise, aspectos subjetivos das dimensões humanas, como nos esclarece Silva & Silva:

Mas não é fácil estudar o imaginário, pois este não é independente. Para conhecermos as representações de um grupo ou de uma sociedade, temos que conhecer todo seu sistema social, a religião, as relações de classe, as formas de comunicação, etc... pois o imaginário perpassa todos esses elementos com a observação da totalidade da estrutura social. É por isso que é um dos métodos mais bem-sucedidos para o estudo do imaginário é a etno-história. (2005, p. 215)

Assim, buscando melhor examinar a questão da instituição do imaginário da formatura a partir de uma diretriz teórica, esta pesquisa focaliza os estudos de Gilbert Durand e de Cornelius Castoriadis. Com Durand, centramo-nos nos aspectos da compreensão do pensamento dos formandos atuais, o *imaginário efetivo*, que está cristalizado na mente desses indivíduos. Com Castoriadis, observamos as raízes de produção do imaginário social, não como acervo, mas como fonte de elucidação. É o que ele chama de *imaginário radical*, que se radica no inconsciente, criador do homem e de sua história, pois “a história é impossível e inconcebível fora da imaginação **produtiva** ou **criadora**”. (CASTORIADIS, 1982, p. 176)

Em seguida, faremos uma incursão sobre os aspectos históricos acerca da educação brasileira. Esse capítulo apresenta um panorama das raízes da cultura e da educação, além da construção do mito bacharelesco, ideário irradiador de uma série de

pensamentos atuais, comportamentos e desdobramentos sociais, contextualizados a partir das influências livrescas e humanísticas recebidas dos modelos provenientes da Europa.

O que está na memória da atual sociedade brasileira e que pode estar relacionado com a herança cultural de um passado que valorizou sobremaneira a diplomação superior e todo o seu simbolismo? Os membros da burguesia emergente no século XIX que não eram detentores de um título de nobreza ou pertencentes às famílias latifundiárias consideravam, justamente pela sua origem social, o diploma de bacharel, principalmente os provenientes do curso de direito, a oportunidade ímpar de pertencer a um determinado tipo de elite. Esperança essa que, perante a ótica desta investigação, pode ainda estar inculcada no imaginário da sociedade brasileira, apesar de toda uma aparente superação dos valores de outrora, mas que se manifestam, sobretudo, nos ritos instituídos. Principalmente nos sujeitos reprodutores da sociedade formalista, que qualificam a titulação universitária como principal via de ascensão social.

Considerando que a classe média, assim como os diferentes estratos sociais, procura reproduzir os hábitos e costumes de seu grupo de referência, é relevante para esta investigação o pensamento desses sujeitos a respeito dos objetos que caracterizam o novo *status* dos formandos. Eles podem ser não apenas símbolos de um ritual de passagem, mas revelar uma profundidade maior nos sentidos percebidos, mostrando que existe um imaginário idealizado e residente em outra natureza de valor. Segundo Durand, “dar o título de *símbolo* à imagem artística significa apenas fazer do significante banal a manifestação de um simbolismo inefável”. (2004, p. 29)

Que significado tem hoje a formatura e todo o seu rol de objetos e adornos? Em quais momentos o pensamento contemporâneo se assemelha ao espírito de nossas referências históricas, apesar de todo o relativismo moderno e dos fenômenos

culturais midiáticos e globalizantes? Não obstante a tênue importância dada aos valores tradicionais, será que esse indivíduo não continua agindo conforme os padrões comportamentais de seus antepassados, refletindo o mesmo desejo burguês de mudança social, sendo a cerimônia da colação de grau uma das categorias que, de maneira apoteótica, demonstram publicamente essa nova condição?

De outro modo, não poderá também estar a formatura associada à condição *sine qua non* para uma profissionalização? Como sinônimo de uma diplomação necessária para o ingresso no mercado de trabalho? Muito embora sua obtenção não garanta em parte a ascensão profissional, essa situação pode ser percebida muitas vezes como um caminho seguro à empregabilidade, como nos lembra Bourdieu: “um título como o título escolar é capital simbólico universalmente reconhecido e garantido, válido em todos os mercados”. (1990, p. 164)

E, também, não será esse acontecimento apenas a reprodução de um rito caricato que, embora convencional, eterniza-se persuadido pelos interesses econômicos de firmas e zangões? São milhares as empresas especializadas na produção técnica do protocolo da formatura e da sortida oferta de produtos exclusivos para esse fim. Além do mais, existem outros atores envolvidos nesse lucrativo metamerca¹, tais como prestadores de serviços de *buffet*, lojas de aluguel de trajes a rigor, joalheiros, cabeleireiros e maquiadores, agências de turismo, fotógrafos e tantos mais que se façam necessários para garantir a grandeza do evento.

Outrossim, não será a formatura universitária apenas um rito de passagem de um ciclo educacional, justificada por ser o final de uma jornada árdua de estudos, que demandou anos de esforço e, em muitos casos, pesado investimento financeiro?

¹ Segundo Philip Kotler (2000), um metamerca é um agrupamento de produtos e serviços complementares que estão estreitamente relacionados na mente dos consumidores.

Com base nesses pressupostos e ousando derrubar os obstáculos que se apresentam “no âmago do próprio ato de conhecer” (BACHELARD, 1996, p. 17), perguntamos se não poderá ser a formatura todas essas suposições ou algo mais, que pode estar escondido nas sombras do conhecimento real. São essas conjecturas que nos movem e de onde se irradia toda a nossa proposta investigativa. Qual é o valor simbólico da formatura e quais as razões que motivam a sua continuidade nos espaços universitários? O que pensam atualmente os herdeiros da cultura bacharelesca e quais os elementos que expressam as conexões dessas faixas temporais?

Por fim, para responder às nossas questões e no intuito de validar o ineditismo deste estudo, dada a escassez de bibliografia específica sobre o assunto, apresentamos um capítulo sobre o pensamento contemporâneo a respeito da formatura no ensino superior. Os dados utilizados na análise foram construídos através de pesquisas realizadas com os formandos do curso de direito de três instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro.

Durante o trabalho de campo, o envolvimento direto com o objeto, em razão de nosso ambiente de trabalho, permitiu-nos uma observação atenta dos elementos e agentes envolvidos numa formatura. A pesquisa de campo se dividiu em duas etapas. Na primeira etapa, de método qualitativo, foi realizado um levantamento de dados para categorização. Na segunda etapa, utilizamos o método quantitativo para estabelecer o determinismo funcional, cujo interesse foi o de encontrar a freqüência e a constância das ocorrências entre outros públicos. Na primeira fase, realizamos uma pesquisa exploratória para recolher informações primárias que nos levariam à definição das categorias para a segunda etapa da investigação. Por meio da aplicação de um questionário aberto, ouviu-se, inicialmente, no primeiro semestre de 2006, dez alunos-formandos do curso bacharelado de direito da Universidade Veiga de Almeida, uma instituição de ensino superior privada, com alunos

oriundos, em sua maioria, da classe média carioca. As falas desses indivíduos, obtidas através de declarações espontâneas, serviram de base para a construção do questionário a ser aplicado na segunda etapa da pesquisa.

O foco da primeira fase foi buscar os indícios que comprovassem nossas primeiras proposições e que gerassem respostas para caminhos futuros. Optou-se por uma pesquisa de conteúdo que pretendeu encontrar “a latência dos significados que uma leitura superficial não descobre” (CHIZZOTTI, 2006, p. 128) e que pode revelar uma qualidade maior de dados para análise e descoberta de novas abstrações:

Pressupõe, portanto, que um texto contém sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas. A mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelam sutilezas contidas em um texto. Os fragmentos podem ser palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem. (CHIZZOTTI, 2006, p. 115)

Na segunda fase da pesquisa, para aferir se as informações referentes ao sentido da formatura se reproduziam entre alunos de diferentes tipos de instituição, aplicou-se um questionário de 11 questões fechadas entre os alunos-formandos dos cursos de direito de três modalidades universitárias, com o objetivo analítico de contrapor os resultados e verificar se havia semelhança de pensamento entre eles. A pesquisa de campo foi realizada numa universidade pública (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), numa confessional (Universidade Católica de Petrópolis) e numa privada não-confessional (Universidade Veiga de Almeida).

Muito mais do que uma reflexão, este estudo tem o compromisso de trazer a relevo um tema adormecido nas pesquisas sobre práticas escolares, propiciando um tratado que se torne

instrumento de elucidação para novas indagações e debates e que permitam, ao longo de seu desenvolvimento, pelas prováveis conjecturas, ações e reações, senão mais eficazes, pelo menos mais críticas a respeito dos rituais nas instituições de ensino superior.

Dada a sua centenária instituição em nosso país, a formatura merece um olhar curioso. Um olhar que procure, mais do que observar e descrever, anunciar seus efeitos, não só para os atores diretos e indiretos do objeto, tais como formandos, familiares e homenageados, mas, principalmente, para os organismos envolvidos com as práticas educacionais.

2. ASPECTOS DAS FORMATURAS CONTEMPORÂNEAS

A formatura universitária é uma ação social significativa, especialmente para os formandos e seus familiares. Ela é um ato oficial da faculdade, mas é estimulada, principalmente, por elementos subjetivos, tais como a tradição e os apelos comerciais. Seu ritual permanece inalterado em diversos aspectos, apesar de décadas desde sua institucionalização. Consolidada nas rotinas escolares, seu acontecimento não demanda muita atenção dos setores acadêmico-administrativos, sendo percebida até com certa banalização. Inserida na cultura organizacional da escola, ela faz parte de um cotidiano diversificado e dinâmico e, muitas vezes, sua ocorrência não se dá de forma crítica. Pode ser considerada como uma estrutura escolar, entendida, segundo Nóvoa, como “composta por elementos vários, que condicionam tanto a sua configuração interna, como o estilo de interações que estabelece com a comunidade”. (1995, p. 30)

Nessa perspectiva, pode-se categorizar a formatura como um elemento contido nos elementos da Zona de Visibilidade², manifestado, sobretudo, nos rituais e cerimônias arranjados pelos agentes da organização, denominados por Nóvoa como “Manifestações Comportamentais”:

Incluem-se todos os elementos susceptíveis de influenciar o comportamento dos actores da organização. Referimo-nos, por um lado, às actividades normais da escola a ao modo como são desempenhadas (prática pedagógica, avaliações, exames, reuniões de professores, escolha da direcção, etc.) e, por outro lado, ao conjunto de normas e de regulamentos que as orientam, bem como aos procedimentos operacionais impostos ou

² Baseado no esquema de Hedley Beare (1989), Nóvoa sistematizou a cultura organizacional escolar em duas categorias: Zona de Invisibilidade, onde se encontram bases conceptuais e pressupostos invisíveis, tais como valores, crenças e ideologias, e a Zona de Visibilidade, onde se encontram manifestações verbais e conceptuais, manifestações visuais e simbólicas e manifestações comportamentais.

assumidos pelos membros da organização. Situa-se também nessa categoria a **série** de rituais e de cerimoniais que fazem parte da vida organizacional: abertura do ano escolar, festas diversas, recepção aos caloiros, acolhimento dos novos professores, etc. Esta categoria remete fortemente para o nível de participação dos actores internos e externos - pais, autoridades locais, etc- na vida da escola. (1995, p.32)

Contudo, a análise da formatura como Manifestação Comportamental também permite incluí-la, em razão da pluralidade de seu significado, na Zona de Invisibilidade. Uma análise mais apurada de sua realização indica que esta também é um conjunto de elementos que

integra os valores, as crenças e as ideologias dos membros da organização. Os valores permitem atribuir um significado às ações sociais e constituem um quadro de referência para as condutas individuais e para os comportamentos grupais. (NÓVOA, 1995, p.31)

Desse modo, percebemos no cotidiano universitário que, para alguns discentes, os ritos e os cerimoniais da diplomação se tornam, ao final do curso, principalmente quando se aproximam os arranjos da formatura, mais importantes do que todo o programa curricular apreendido durante a sua passagem pela universidade, o que nos leva a intuir e problematizar sobre possíveis distorções e afastamentos dos principais objetivos educacionais: a transmissão do conteúdo e a formação do indivíduo.

Apesar de toda a emotividade e euforia que se entranham nas ações dos envolvidos com a chegada da formatura, é desconfortável perceber que inúmeros alunos e suas famílias gastam mais com as solenidades da colação de grau do que com os livros essenciais para o seu aprendizado. Há uma dissonância acadêmica quando se vê, pelos corredores da universidade, a panfletagem de várias empresas comercializando preparativos cerimoniais e símbolos, além do farto assédio aos alunos. Percebe-se, assim, que existe

pouca ou nenhuma orientação a respeito dessa prática por parte dos dirigentes das instituições de ensino superior.

Em comparação com outros rituais acadêmicos instituídos, fica visível a falta de controle institucional, como nos sugere Severino (2002 *apud* ZUIN, 2002), referindo-se aos trotes nas instituições de ensino superior:

A comunidade universitária, os responsáveis pela condução do sistema educacional do país e a própria sociedade parecem preferir eximir-se de uma discussão mais competente e consciente com pessoas e grupos envolvidos na educação sobre a real natureza do trote. Adotam a postura da avestruz frente ao problema, como se ele não existisse, não se dando conta de que o processo educativo precisa partir das questões antropológicas de fundo. A educação não existe apenas para reproduzir andróides, mas sobretudo para construir, historicamente, a espécie humana. (p. 11)

Sendo assim, tal como os trotes nas faculdades, mas sem o tom da barbárie no seu contexto, as formaturas contemporâneas dos cursos universitários indicam que estas se realizam de modo acrítico e automático, pois são geralmente conduzidas pela convenção instituída na sociedade histórica, geradora de profundas raízes no imaginário social. Além disso, os resquícios do caráter formalista brasileiro e os argumentos persuasivos do mercado de formaturas reforçam e realçam a importância e o valor simbólico desses procedimentos.

o indivíduo, por conseguinte, é ele próprio a criação deste mundo de significações e a socialização é o processo de aprendizagem, não apenas da linguagem e das instituições, mas de si mesmo como instituição criada pela sociedade à qual se pertence. (AUGRAS, 2000, p. 128)

Com relação à perpetuação das tradições, é notório que, nas últimas décadas, a sociedade contemporânea tenha fortalecido o seu

gosto pelo espetaculoso e pelos objetos que sugerem e imputam distinção às identidades pessoais. Além disso, as representações encarnadas nos acontecimentos da realidade sempre são acompanhadas de grande aparato teatral. Fascinada pelos efeitos dos fenômenos da *espetacularização*, a atenção dos indivíduos se volta para aquilo que garantirá *glamour* e sucesso, mesmo que seja de forma efêmera, como nos sugere Debord, ao se referir à sociedade do espetáculo:

Não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo e a atividade social efetiva: esse desdobramento também é desdobrado. O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si a ordem espetacular à qual adere de forma positiva. A realidade objetiva está presente dos dois lados. Assim estabelecida, cada noção só se fundamenta em sua passagem para o oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente. (1997, p. 15)

Muito embora a solenidade de formatura seja uma representação espetacular, mais um produto de consumo do que uma necessidade, não se pode negar que sua realização gera nos atores envolvidos uma verdadeira satisfação.

2.1. A tradição da colação de grau no ensino superior

Todo aluno de cursos de graduação que termine os créditos de sua matriz curricular com aproveitamento exigido deve ter o seu grau concedido por um ato oficial acadêmico-administrativo, solene ou não. Segundo a recomendação do *Manual da Solenidade de Colação de Grau* dos alunos de graduação das Faculdades UNICEN (uma iniciativa rara no universo das instituições de ensino superior),

a formatura é concebida como “um momento único, especial e por isso deve ser vivido e comemorado com intensidade”. (s/ data, p. 2)

A colação de grau é, tradicionalmente, um ato obrigatório para a emissão e registro do diploma e não pode ser dispensada sob qualquer alegação, conforme o Parecer 783, aprovado em 8 de novembro de 1971 Pela C.E.Su.:

Quanto aos termos, esclarecemos que é livre a apresentação dos diplomas – formato e conteúdo – embora deles não possam deixar de constar o título conferido e, quando o curso abranger mais de uma habilitação (como Pedagogia e Letras, por exemplo), a habilitação (ou as habilitações) que o diplomado realmente obteve. Aliás, nesta última hipótese, aconselha-se que o diploma contenha no anverso apenas o título geral de graduação e no verso as habilitações. Desta forma, as novas habilitações que o seu portador venha a obter, mediante volta à escola, poderão ser igualmente lançadas no verso, evitando-se o absurdo de que mais de um diploma seja expedido para o que em rigor é um só curso. Observe-se ainda que nas universidades, conforme dispõe o art. 8.º, § 3.º, do Decreto-Lei no. 252/67, **o título será sempre conferido** e o diploma assinado pelo Reitor, e não pelo Chefe do Departamento. (1971, p. 265 – grifo meu)

Portanto, a imposição do grau pode ser de forma simples, numa sala ou num gabinete departamental e concedido por alguém credenciado pela reitoria para essa finalidade. De outra forma, dada a valorização que se dá a essa titulação por parte da sociedade, pode-se outorgar o grau de bacharel em cerimônia pomposa, o que acaba por gerar um protocolo exclusivo para essa finalidade e uma gama enorme de procedimentos, aparatos festivos e muitos gastos financeiros.

De modo geral, o significado do título de bacharel está imbuído de fortes valores que extrapolam as projeções do próprio formando e muitas vezes transcendem e impregnam todos os entes de uma mesma família. Os indícios do novo *status* e da mobilidade social são ardorosamente almejados, pois fazem parte de um elenco

de signos que corroboram o cenário ritualístico da ascensão social. A cerimônia da colação de grau, o convite de madeira encamurçado, a beca, o anel, o tão desejado canudo, discursos e homenagens, além da imagem fotográfica, onde o formando posado se ostenta paramentado, são os registros memoráveis de um tipo de capital cultural alcançado, como nos supõem a nota publicada no jornal Correio da Bahia:

Sabedora da morte certa, ela não pedia muito. Era católica fervorosa - Deus haveria de atender sua maior vontade (sic), dando-lhe mais alguns meses de vida. Bastava o suficiente para assistir ao neto se formar em medicina. Na vida de uma velha pobre e semi-analfabeta, não poderia haver orgulho maior do que ver brilhar, no dedo do neto, um bonito anel de doutor. (Correio da Bahia, 7/05/2004)

Uma tensão que se apresenta freqüentemente e que vem fugindo ao controle institucional é o envolvimento na solenidade de formatura de alunos que não fecharam seus créditos. Essa situação ocorre estimulada por diversos motivos, tais como afinidade com a turma de origem, expectativa familiar ou facilidade normativa na própria instituição. Em razão desse contexto, muitos formandos não aptos à diplomação participam da solenidade de formatura apenas simbolicamente, não podendo prestar o juramento e receber a outorga. Todavia, essa concessão é um risco, pois abre brechas e permite vários precedentes aos falsários. Atualmente, existem tramitando na justiça inúmeros processos de alunos que exigem que a instituição lhes conceda o diploma de graduação pelo fato de terem participado da cerimônia de formatura de suas turmas. Seus documentos comprobatórios se pautam na impressão do nome completo no convite, na foto do pseudojuramento e na validação da cerimônia pela presença do colegiado acadêmico na solenidade que, na maioria das vezes, desconhece a situação acadêmica do aluno participante. Curiosamente, o maior índice desses casos se encontra nos sujeitos oriundos dos cursos de direito, o que nos sugere que,

antes das investidas jurídicas, esses alunos pesquisaram na lei as brechas possíveis para suas pretensões fraudulentas.

Outra situação equivocada diz respeito aos alunos concluintes dos cursos seqüenciais de formação específica, autorizados em diversas instituições educacionais de nosso país. Os egressos desses cursos não podem ter o grau outorgado e prestar o juramento próprio das categorias dos bacharéis ou licenciados. Esses cursos não lhes imputam tal condição. Mas participar da solenidade, mesmo que de forma simbólica, junto aos colegas da turma e na presença dos familiares e amigos, é um momento de grande expectativa. Há uma ansiedade e um sonho por vestir uma beca, o capelo e a faixa. Por receber, das mãos do presidente da cerimônia, um papel enrolado numa fita que, tão-somente, será a representação solene de algo que não tem nenhum valor institucional, porém, esperado pelo ideal imaginário.

3. O IMAGINÁRIO E O AGIR HUMANO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Teoria do Imaginário social tem contribuído para um melhor entendimento das manifestações do comportamento humano. É como Augras diz: “O imaginário está na moda”. (2000,p. 107) Desse modo, todo um conjunto de valores de um determinado grupo pode ser analisado com base em diversos pontos de partida. Contudo, “todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja o seu objeto, é apenas um modo e uma forma do *fazer* social-histórico” (CASTORIADIS, 1982, p. 13), o que explica certas atitudes e hábitos há muito enraizados, apesar das transformações temporais da sociedade.

3.1. O conhecimento através do estudo do imaginário

Por séculos, as questões referentes às imagens foram relegadas aos porões do positivismo e do materialismo histórico. Entretanto, as influências imagéticas e seus reflexos sempre estiveram presentes no agir humano, o que levou - como ainda leva - à criação de uma série de idéias e atitudes impregnadas de ecos inconscientes nascidos na visão de mundo de cada um.

Em todas as relações cotidianas do indivíduo com sua sociedade, o imaginário atua como uma constante eminência parda e, apesar de ser próprio da natureza humana, sua participação não é inteligível à consciência, ainda que esteja presente nas representações mitológicas e nos ritos criados pelo homem. O estudo do imaginário nos permite entender quais são as razões transversais e intrínsecas para muitos dos padrões comportamentais estabelecidos, bem como seus mitos, crenças e símbolos, colaborando para o desvelamento dos porquês de certos atos

sociais, como a formatura ou o trote, que se perpetuam com raras rupturas, permanecendo inalterados e continuamente reproduzidos em sua estrutura e forma.

Instituída como instrumento de abordagem subjetiva para a explicação do homem e sua sociedade³, a Teoria do Imaginário se transforma em caminho viável para o questionamento de fatos históricos e de verdades manifestadas pelo senso comum. Uma verdade pode ser fruto da influência inconsciente do imaginário e perscrutá-lo é fonte para novas perspectivas no campo da pesquisa, muito embora a hegemonia epistemológica na busca do conhecimento esteja embasada no método aristotélico. A abordagem grega, continuada ao longo dos últimos séculos pelo racionalismo antropocêntrico, privilegia o raciocínio binário de investigação, que exclui uma terceira condição. Critica o entendimento através do olhar subjetivo que, proscrito, foi banido pelos materialistas e cientificistas com seus tradicionais processos de pesquisa, encontrando somente espaço e apogeu no limiar do século XXI como instrumento teórico possível na busca de novos entendimentos, como nos sugere a fala de Durand ao se referir aos aspectos intrínsecos da imagem:

A imagem pode se desenovelar dentro de uma descrição infinita e uma contemplação inesgotável. Incapaz de permanecer bloqueada no enunciado claro de um silogismo, ela propõe uma “realidade velada” enquanto a lógica aristotélica exige “clareza e diferença”. (2004, p. 10)

Chamado por Durand de “museu mental”, é no imaginário que residem todos os modelos de nossas representações e é a partir de

³ A partir da década de 1980, a terceira geração da Escola dos Annales absorve novos métodos de estudo, descentralizando o sujeito e abrindo espaços para novas correntes de abordagens. Chamada de História Nova, adota-se métodos qualitativos de análise em detrimento do método quantitativo e tem como tendência geral a “ênfase nas subjetividades, a vida cotidiana, as experiências dos agentes, a liberdade do sujeito histórico em relação a determinismos. Alguns dos temas explorados são: identidades, cidadania, gênero, cidades, biografias, (...), festas, meios de comunicação, política cultural e educacional, imaginário, práticas de poder ...” (JUNIOR, 2002, p. 33)

sua sondagem que se podem averiguar os fragmentos das memórias reinantes e ainda atuantes da práxis humana. Cada sociedade se apropria, estimulada pela herança cultural de seu imaginário, de crenças e tradições de sua realidade histórica que, dependendo do juízo de valor atribuído a cada uma delas, manifestar-se-á prontamente ao menor estímulo.

É por esse motivo que, por meio dessa abordagem, consideramos que as influências exercidas pelos bacharéis em nossa sociedade se manifestam ainda hoje como uma representação histórica, cuja solenidade da diplomação é um claro indício dessa manifestação, incorporada à realidade do cotidiano, como no dizer de Silva & Silva sobre a presença do imaginário em nossa vida:

O imaginário é parte do mundo real, do cotidiano, não é algo independente. Na verdade, ele diz respeito diretamente às formas de viver e de pensar de uma sociedade. As imagens que o constituem não são iconográficas, ou seja, não são fotos, filmes, imagens concretas, mas sim figuras de memória, imagens mentais que representam as coisas que temos em nosso cotidiano. (2005,p. 214)

Ainda segundo esses autores, “cada imagem é um traço da mentalidade coletiva de sua época” (2005, p. 215) e, por isso, um ato ou um discurso pode estar impregnado de figuras de memória desde o início de sua institucionalização. Os cerimoniais de uma formatura, por exemplo, podem ser entendidos não só como um ritual comemorativo de passagem para os que findam a jornada universitária, mas também podem ser decodificados como manifestações de caráter público de algo muito mais profundo e latente, revelando uma idéia enraizada no passado de sua coletividade, instituída e categorizada ao longo do desenvolvimento histórico de uma sociedade, como nos sugere Castoriadis:

As categorias em função das quais pensamos a história são por um lado essencial produtos reais do

desenvolvimento histórico. Estas categorias só se podem transformar, clara e eficazmente, em forma de *conhecimento* da história uma vez encarnadas ou realizadas nas formas de vida social efetiva. (1982, p. 24)

A significação de uma celebração ritualística, como a percebida numa formatura, não pode apenas ser inquirida à luz do discurso, mas deve ser interpretada pela análise das circunstâncias sociais e históricas que envolvem o objeto em si. Entender essas inflexões é relevante para a compreensão dessas práticas, que revelarão novas respostas e darão novos sentidos aos fatos, pois cada ideário está fundamentado nas raízes de sua história cultural, com nos aponta Silva & Silva:

Cada imaginário possui uma ou mais imagens ideais de mulher, possui uma ou várias imagens da morte, da vida, de Deus, do governo, da Nação, do trabalho, etc. Essas imagens são construídas na memória coletiva a partir da forma como as pessoas, em seus grupos sociais, entendem o cotidiano ao seu redor, ou seja, da noção de representação. (2005, p. 214)

O imaginário, um conjunto de imagens inculcadas na mente humana, abarca em seu âmago todas as representações de uma memória coletiva, sendo ele o irradiador do ideário construído e, por conseguinte, o estimulante invisível da expressão sócio-cultural, aquele que possibilita o diálogo para novas interpretações e releituras a respeito da relação sujeito-objeto.

3.2. O simbólico das instituições

“Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios precedentes” (CASTORIADIS, 1982, p. 147) e, por isso, para que haja entendimento do porquê da perpetuação do protocolo de formatura e das razões de sua extrema valorização pelos formandos e seus familiares, é importante pontuar o peso das instituições para

as sociedades históricas, conjuntamente com seus modelos econômicos, sociais, culturais e educacionais.

No discurso castoriadiano sobre as instituições das sociedades, os valores dos objetos incutidos no cotidiano da vida social são frutos das manifestações alienadas, alienação vista aqui como modalidade de relação do homem com as instituições que o cercam, de um imaginário coletivo que as idealiza e as representa com base numa apropriação mais profunda. Incrustadas no inconsciente das mentalidades históricas, as alienações permanecem latentes, algumas vezes, desassociadas das estruturas sociais, prevalecendo como elemento autônomo, estabelecido. A encarnação social da alienação é transformada em categoria comportamental superada por todos os partícipes do sistema cultural. Desse modo, explicar a necessidade de sua existência para um determinado grupo, além de sua funcionalidade, é mais preponderante do que discorrer sobre a sua casualidade, como nos diz Castoriadis:

Pouco importa, do nosso ponto de vista, que esta funcionalidade possua um aspecto “causalista” ou “finalista”; igualmente pouco importa o processo de nascimento e de sobrevivência da instituição. Quer se diga que os homens, tendo compreendido a necessidade de qual tal função fosse preenchida, criaram conscientemente uma instituição adequada; ou que a instituição, tendo surgido “por acaso”, mas sendo funcional, tenha sobrevivido e permitido que a sociedade considerada sobrevivesse, ou que a sociedade tendo necessidade de tal função fosse preenchida, apoderou-se do que encontrava encarregando-o desta função; ou então que Deus, a razão, a lógica da história organizaram e continuam organizando as sociedades e as instituições que lhes correspondem – colocamos a ênfase em uma e a mesma coisa, a funcionalidade, o encadeamento sem falha dos meios e dos fins ou das causas efeitos no plano geral, a estrita correspondência entre os traços da instituição e as necessidades “reais” da sociedade considerada, em resumo, sobre a circulação integral e ininterrupta entre um “real” e um “racional-funcional”. (1982, p. 140)

É fundamental para um grupo que ele disponha de elementos que possibilitem uma mediação entre suas necessidades e seus atos. Muitas dessas necessidades são preenchidas por funções estabelecidas pelo indivíduo no seio de sua sociedade. Contudo, nem todas as perguntas são respondidas, em razão da contingência desses elementos, sendo necessária a criação, pelo homem, de meios que proponham novos caminhos à resposta. Dentro dessa condição, a formatura se estabelece como elemento mediador para os seus atores, pois ela é também um elo entre o desejo social e a realidade do sujeito.

É dentro desse contexto que se inserem as questões referente ao simbólico, cuja função é essencial para o entendimento do fazer histórico e social. O simbólico está presente em todo o entorno de convivência humana, tornando-se fenômeno intrínseco e necessário, representante absoluto do pensamento incutido. Nos atos sociais instituídos, como as formaturas, o simbólico se reproduz e é continuamente repetido com pouca ou sem nenhuma consciência crítica, gerando uma realidade encarnada que se perpetua no agir dos atores envolvidos no organismo imaginário, ou seja, naquele conjunto de símbolos e valores de um determinado grupo social.

Para Castoriadis (1982), nem toda instituição se reduz ao simbólico, mas ela só poderá existir no simbólico, porque sua existência é impossível sem significados e representações. Por isso, não se pode entender a formatura como elemento instituído nos espaços acadêmicos sem antes procurar entender o seu sentido para aqueles que dela participam, mesmo que de forma indireta, pois não é só para o formando que a cerimônia de formatura diz alguma coisa, mas também para pais, tios, avós, professores, amigos e mesmo para aqueles que dela não participam. Porque mesmo a negação do valor da formatura àqueles que não a praticam pode ser a reafirmação de seu vigor nas mentalidades imaginárias da sociedade.

A questão do simbólico permeia todas as atividades do relacionamento humano e seus significados são muito mais profundos do que geralmente são percebidos ou refletidos. Nos tratos jurídicos e comerciais, nas convivências organizacionais e nos relacionamentos entre indivíduos, tudo está entranhado de representações simbólicas. No imaginário de quem lida com o outro instituído, sempre há um dialogismo repleto de significações que influenciam sobremaneira o pensamento do outro e que, por isso, são relevantes para tornar explicáveis as questões funcionais de uma série de atitudes da sociedade, porque

Toda visão funcionalista conhece e deve reconhecer o papel do simbolismo na vida social. Mas é só raramente que ela reconhece sua importância – e tende, então, a limitá-la. Ou o simbolismo é visto como simples revestimento neutro, como instrumento perfeitamente adequado à expressão de um conteúdo preexistente, da “verdadeira substância” de relações sociais, que nem acrescenta e nem diminui nada. Ou então a existência de uma “lógica própria” do simbolismo é reconhecida, mas esta lógica é vista exclusivamente como a inserção do simbólico em uma ordem racional, que impõe suas conseqüências, quer as desejemos ou não. Finalmente, dentro dessa visão, a forma está sempre a serviço do fundo, e o fundo é “realmente racional”. Mas não é assim na realidade, e isso destrói as pretensões interpretativas do funcionalismo. (CASTORIADIS, 2000, p. 142-143)

A rede simbólica que envolve a instituição exige um sistema ritualístico rico em detalhes e referências que postulam e rogam para si uma enormidade de valor simbólico. Nos cultos religiosos, nas celebrações sociais e nas manifestações folclóricas, podemos vislumbrar em cada acontecimento ou atitude toda uma comunicação não-verbal que se expressa em atos e objetos, na medida em que se desenvolve a (rel)ação entre sujeito e ritual que, independente da vontade do indivíduo, ordena-se simbolicamente por uma força presente no imaginário social.

Acompanhado por uma linguagem particular, cada cerimonial tem símbolos e termos próprios, por vezes construídos para corroborar e enfatizar o sentido de cada momento. Numa formatura ou numa festa de Quinze Anos ou num Bar Mitzvá, uma fotografia, uma homenagem, um hino ou uma dança, por exemplo, ganham uma importância ímpar em razão da tradição. São obrigatoriamente incluídos na solenidade, porque são necessários para compor o pleno sentido do ato esperado. Até mesmo nos atuais costumes contemporâneos, criam-se novas linguagens e formatos, pois existem novas coisas para se dizer. Contudo, na maioria das vezes, até as ditas novas linguagens são apenas palavras e gestos em formato novo, mas com significados antigos, como observamos, por exemplo, nos *sites* de relacionamentos *Orkut* e *Blog*, que nos lembram os antigos cadernos íntimos de perguntas, respostas e depoimentos, muito comuns e compartilhados entre amigos e confidentes até meados da década de 1990 e somente superados com o surgimento das novas mídias do ciberespaço.

Muitas vezes, nossas atitudes e pensamentos são reflexos de um imaginário que reside profundamente dentro do nosso inconsciente. Como a inconsciência é algo que está velado à nossa consciência, é comum não nos darmos conta de que o nosso pensar ou o nosso agir é fruto dessa força-motor que nos é oculta, mas que se radica dentro de nós, orientando silenciosamente cada passo de nossas relações.

3.3. A importância dos rituais para o homem

Toda sociedade ou comunidade, para caracterizar a passagem de uma condição a outra, busca inserir nos seus cerimoniais uma série de formalidades e procedimentos que enfatizam o sentido e o valor atribuído a essas circunstâncias.

O homem, tão afeito aos arranjos das celebrações, é herdeiro de sua própria construção imaginária. Desde os primórdios da

humanidade, os paramentos e as cerimônias sacrossantas exigem dos indivíduos um conjunto de planejamentos e procedimentos. Assim, como no estudo do simbolismo das religiões, percebe-se, nos arranjos e na solenidade das formaturas brasileiras, uma representação mitificada impregnada de sentidos que permitem ao mero expectador rever o agir de um passado secular, como afirma Durand quando se refere ao pensamento do romeno Mircea Eliade sobre as questões do papel do imaginário no contexto religioso:

Em todas as religiões, mesmo nas mais arcaicas, há uma organização de uma rede de imagens simbólicas coligidas em mitos e ritos que revelam uma trans-história por detrás de todas as manifestações da religiosidade na história. Um processo mítico que se manifesta pela redundância imitativa de um modelo arquetípico. (2004, p. 74)

Do mesmo modo, numa cerimônia de formatura, principalmente naquelas onde os formandos pertencem à classe média, a reprodução, mesmo que ainda degenerada⁴ em certas ocasiões, demonstra a fidedignidade da relação de sua expressão com um passado que sobrevive, que se faz tradicionalmente presente e que contribui para a constância de atitudes e sentimentos, apesar da pseudodesreferência⁵ da sociedade dita pós-moderna, mas narcisa e amante dos simulacros e dos espetáculos. Debord nos lembra que “o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação” (1997, p. 24) e que, por meio dele, podem os sujeitos se transportar para um mundo residente no irreal para viver numa fantasia as suas aspirações.

Segundo Van Gennep (1978), o homem, desde a sua gênese e tempos tribais, passa por vários ciclos cerimoniais para dar ênfase às circunstâncias graves de sua vida. E que, para passar de um

⁴ Muitas cerimônias de formatura quebram o protocolo e o rigor acadêmico para se tornarem pequenos esquetes.

⁵ SANTOS, J. F. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

momento a outro, recorre ao simbólico e às imagens para criar significado e significância aos atos instituídos.

Uma sociedade valoriza o simbolismo dos rituais de passagem, mesmo daqueles enraizados nas concepções remotas, porém repetidos sem nenhuma originalidade, porque

Por meio dos rituais (...), os grupos selecionam e fixam – graças a acordos coletivos – os significados que regulam a sua vida. Os rituais servem para “conter o curso dos significados” e tornar explícitas as definições públicas do que o consenso geral julga valioso. Os rituais eficazes são os que utilizam objetos materiais para estabelecer o sentido e as práticas que os preservam. Quanto mais custosos sejam esses bens, mais forte será o investimento afetivo e a ritualização que fixa os significados a eles associados. (CANCLINI, 2001, p. 83)

Desse modo, a ritualização das novas circunstâncias e condições humanas indica uma necessidade visceral ou imaginária de tornar visível ao outro as passagens marcantes da vida, seja ela no campo social, cultural, religioso e, até mesmo, educacional.

4. RAÍZES DO FORMALISMO BRASILEIRO

A teoria castoriadiana nos levou a investigar, nos registros da educação, os subsídios para a valorização do cerimonial de diplomação e sua permanência até os nossos dias. Esse retorno ao passado procurou resgatar os laços que unem a importância da formatura contemporânea ao valor atribuído ao diploma dos primeiros bacharéis do Brasil, pensamento que se tornou senso comum e ajudou a construir as raízes do imaginário da formatura em razão da supervalorização dada ao bacharelismo.

4.1. Fundamentos históricos da cultura bacharelesca

A partir do século XVIII, a efervescência do pensamento antropocêntrico afeta substancialmente o perfil do estudante, que passa então a valorizar a ciência e a intelectualidade. O novo mundo da razão despreza a fé, a escolástica e os padres e impõe um novo currículo universitário na Europa e em Portugal, baseado nas ciências experimentais.

Com o novo mundo da entronização da razão e das Ciências Experimentais, aparecia a visão antropocêntrica da vida e de tudo. Era a valorização e, logo mais, a hipervalorização da razão. Nasciam a educação realista, a Época das Luzes e o longo e interminável tempo do desprezo pela fé, pela religião, pela Filosofia e especialmente pela Metafísica. A ascensão, tanto das Ciências Experimentais quanto do cientista e da Físico-Matemática, incrementada por Bacon e por Newton, estava em razão direta da desmoralização e da retirada da Filosofia e da escolástica decadente dos padres. Ora, o ponto crítico e decisivo da batalha suprema desses dois ideais simbolizados, de um lado, pelo cavaleiro da Idade Média e, de outro, pelo nobre instruído da Renascença e dos Tempos Modernos, era em ambos os casos a estrutura e o currículo da Universidade; em Portugal, da Universidade de Coimbra. A escolástica e os

padres, especialmente em Portugal e na Universidade de Coimbra, estavam representados pelo padre jesuíta, ao passo que o novo bezerro-de-ouro, o recém-instalado ídolo dos novos tempos, era o culto às Ciências Experimentais, era o Cientificismo. (TOBIAS, 1986, p. 84)

Na década de 1750, as reformas educacionais, decretadas pelo Marquês de Pombal em Portugal e também para o Brasil, que trazem em seu cerne o espírito ilustrado, destronam a supremacia da ação jesuítica, que detinha o monopólio da cultura e da educação, e elevam ao poder o pragmatismo racionalizador do Estado, que passa a gerir a educação pública. O ensino superior foi o alvo da reforma educacional em Portugal. Porém, o mesmo não aconteceu no Brasil, resumindo-se a instrução pública ao esfacelamento da hegemonia dos padres da Companhia de Jesus, como nos sugere Sodré:

A reforma pombalina, que decorre de necessidades ligadas à expulsão dos jesuítas, não cria estrutura nova, limitando-se a prescrições gerais. Dela, no que afetou a colônia, a conseqüência ostensiva esteve na fragmentação, dispersão, que passa a constituir, no ensino, a característica maior, e é antípoda da unidade que tanto marcara aquele a que os jesuítas haviam emprestado o seu nome. (1970, p. 24)

Contudo, um novo horizonte se instala no Brasil com a transferência da Corte Real, em 1808. A chegada de D. João VI, o Príncipe Regente, e de todo o seu séqüito de nobres e fidalgos, amedrontados pela iminente invasão napoleônica em solo lusitano, faz do Brasil um lugar de grandes transformações sociais, culturais e arquitetônicas.

Se até então a colônia brasileira era meramente um lugar de extrativismo para o alimento dos cofres reais, converteu-se o Rio de Janeiro numa cidade cosmopolita, de miscigenada e estrangeirada

população, expoente de uma sociedade que se inspirava nos padrões e costumes europeus para consolidar uma promissora condição de metrópole real.

4.1.1. Panorama da europeização dos costumes

O Rio de Janeiro, com a chegada do Império Português, torna-se uma metrópole, adquirindo uma extraordinária movimentação. Segundo Alencastro (1997), aproximadamente 15 mil pessoas se transferiram de Portugal para o Rio de Janeiro, fazendo com que a cidade necessitasse ser aparelhada para atender às urgentes demandas sociais de uma região que crescia velozmente, não só em casas e edifícios, mas, sobretudo, na administração pública.

A gestão de D. João se caracterizou não só pelo progresso sócio-cultural, mas também pelas iniciativas em posicionar o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro, como espaço semelhante aos encontrados na Europa. O país foi elevado à categoria de Reino Unido e o Rio de Janeiro, sede da corte, desenvolveu-se glamorosamente com a criação de muitos serviços públicos e aparato militar.

Foram construídos por D. João, de modo a fortificar e proteger mais intensamente o território brasileiro, a Academia da Marinha, a Academia de Artilharia e Fortificação, o Arquivo Militar, o Hospital Militar e a Fábrica de Pólvoras. Para suprir as necessidades culturais e de entretenimento da cidade e gerar, com isso, um certo estofo intelectual, foram criadas a Biblioteca Real, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Imprensa Régia, o Jornal Gazeta do Rio de Janeiro e o Jardim Botânico, além do Banco do Brasil, necessário para as transações e controle financeiro.

Movida pelo chamariz do progresso, a população urbana do Rio de Janeiro recebia, a cada chegada de um navio ao porto, novos imigrantes, famílias de nações europeias e também de outras

colônias portuguesas. A corrente imigratória “suscitou uma procura de moradias, serviços e bens diversos, atraindo mercadorias e moradores fluminenses e mineiros” (ALENCASTRO, 1997, p. 13), aquecendo uma economia que passou a comercializar os mais diversos tipos de produtos, inclusive uma grande quantidade de negros africanos, primordiais para atender às demandas domésticas, agrícolas e pessoais.

Com relação aos hábitos e aos costumes, a alta do café nos mercados estrangeiros enriquece sobremaneira os produtores do “ouro verde”, dando fama além-mar ao Brasil. Instalam-se as embaixadas estrangeiras, o comércio marítimo se intensifica e chegam muitos profissionais europeus em busca de sucesso no eldorado brasileiro. Esse enorme aglomerado de pessoas e idéias transforma o dia-a-dia da população, principalmente daquela que vive na corte. Para atender a tal demanda por utensílios estrangeiros, os fluxos do comércio externo se intensificam e se importa de tudo na “falsa Europa” brasileira, como nos aponta Alencastro:

Cessado o tráfico, ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação e até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do Império é imediato. (*ibid.*, p. 43)

O francesismo da sociedade brasileira do século XIX, que se alucina diante da mais simples novidade européia, consequência de um pensamento que julga que só assim estará mais próximo ao cotidiano moderno do Velho Mundo, faz com que se importe de tudo para saciar os desejos das madames e senhores de classe. De bens de consumo duráveis e semi-duráveis, o Paquete (um navio inglês a vapor de linha regular) trazia os mais diversos tipos de bens: tecidos, jóias, roupas, móveis, cavalos ingleses e árabes, selas, folhetins, operetas, romances, instrumentos musicais e todo tipo de

supérfluo desejado ou inesperado para compor uma representação de civilidade só presente então na Europa.

4.1.2. O sistema educacional e aristocratização do ensino brasileiro

O Brasil já vive, no início dos Oitocentos, as mudanças das reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal. Com o fechamento das escolas jesuíticas e com o fim do programa humanístico, a educação está estatizada, não tendo, porém, a mesma magnitude da estrutura educacional de Portugal, sofrendo de uma enorme carência de recursos financeiros e humanos.

A presença de D. João trouxe grandes avanços para o Brasil, de modo que a colônia portuguesa obteve aparelhamento semelhante aos moldes europeus. Foi ele o iniciador do ensino superior brasileiro e o lançador das sementes das futuras universidades brasileiras. Para Tobias, essa iniciativa se torna de suma importância, pois

seria vergonhoso para o rei e para sua corte terem os filhos e parentes “educados” por escolas e professores como a grande maioria dos que, então, existiam Brasil afora. D. João VI, monarca de visão realmente superior, começou de imediato suas reformas e criações culturais e educacionais. (1986, p. 118)

Todavia, essa concepção educacional favoreceu exclusivamente os pertencentes às elites. E, em razão desse privilégio, ampliou ainda mais as distâncias existentes entre o povo e os afortunados. Não houve investimento para instruir a maioria dos brasileiros, que permaneceram analfabetos e sem voz política. Somente aqueles que tinham dinheiro podiam estudar na colônia portuguesa e, dessa forma, tornam-se oficiais, médicos, engenheiros e advogados. Esses sim, os que teriam influência política e

oportunidades econômicas, o que, no dizer de Tobias, permanece até os nossos dias.

a escola brasileira tornou-se uma arapuca, oficialmente montada, para segregar e marginalizar a grande maioria do povo e das crianças do Brasil. E este espírito aristocratizador e profissionalizante, implantado pelos decretos e provisões, criadores das novas escolas e da nova educação do Brasil, serão, à maneira de herança de D. João VI, transmitidos até o Brasil de hoje em dia. (*ibid.*, p. 121)

Com a presença da família real e da necessidade imediata de se construir as bases que atenderiam ao serviço público e que elevariam o Brasil aos patamares mínimos da civilidade européia, D. João, por interesse próprio e movido pelo espírito revolucionário das ciências, cria escolas de formação técnica e especial, necessárias para o atendimento de exigências fundamentais como a defesa militar e a medicina cirúrgica.

A ação joanina na educação escolar acompanha a tendência geral apontada pela história da educação para os séculos XVIII e XIX, de perda pela Igreja da gestão da educação escolar para os funcionários do Estado, ao manter as seguintes características das reformas de 1759-1772: estatização, no sentido de concentrar o controle da educação escolar dos níveis secundário e superior nas mãos do Estado, e pragmatismo, no sentido de oferecer conhecimento científico utilitário, profissional, em instituições de ensino avulsas, isoladas, segundo o modelo ilustrado. (HILSDORF, 2005, p. 34)

À população eram destinados os regimes de escolarização doméstica e escolar, quando não a improvisação de espaços de ensino. Contudo, à medida que o Estado não dava conta de prover por completo a instrução pública, os afortunados e pertencentes à elite, constituída de nobres, altos funcionários do governo e burgueses latifundiários, destinavam a seus filhos uma educação ministrada em seus próprios lares, contratando professores,

principalmente estrangeiros, para o cumprimento dessa tarefa, que gerava à família maior distinção social, como nos lembra Vasconcelos:

É importante lembrar que, ao longo de todo o século XIX, a educação doméstica, na perspectiva de educação formalizada, era destinada às elites e que essas elites é que dela faziam uso. Constituíam-se um diferencial de lugar social ter um preceptor, um professor particular ou até algum membro da família que ministrasse aulas domésticas. (2005, p. 46)

Desse modo, torna-se a educação brasileira, no início aparentemente sedimentada na realidade nacional, preocupada com índios e com todos os habitantes da colônia, numa realidade elitizada, desconhecadora das necessidades do povo e profundamente impregnada dos valores educacionais predominantes na Europa, como no dizer de Tobias, ao analisar a institucionalização da aristocratização do ensino:

Aos poucos, mas profundamente, o ensino e a educação nacional irão sendo sistematicamente desarraigados da realidade brasileira. Por necessidade, foram os brasileiros deixando a educação escolarizada que, além de não corresponder às necessidades sociais, econômicas e educacionais da Nação, só preparava para a Universidade, **para o Dr., para o bacharel**. Quem ia, ou melhor, quem tinha o privilégio de poder ir para a Universidade, este estudava; quem, pelo contrário, como classe média e pobre, tinha que pensar no ganha-pão, ou necessitava de trabalhar, ou de se dedicar a um ofício diferente das “profissões liberais”, encontradas em alguma das Faculdades da Universidade de Coimbra, não podia e nem devia ir à escola e nem estudar, a não ser que pretendesse ser padre ou militar, o que, além de exigir vocação especial, supunha escolas separadas, o seminário ou a Escola Militar. Deste modo, aristocratizavam-se, cada vez mais, o ensino e as escolas do Brasil. (1985, p. 99 – grifo meu)

A aristocratização do ensino permitiu florescer um tipo de pensamento que valorizava sobremaneira a intelectualidade, em detrimento da ocupação técnica ou daquela que necessitava de algum tipo de esforço físico. A distinção e o poder gerados pelos atributos das profissões liberais se inculcaram ideologicamente no seio da população. Para Sodré (1970), é um tipo de sociedade que encontra na atividade intelectual a base para a classificação social e, conseqüentemente, para a conquista do poder político.

4.2. O Mito do Doutor e a proliferação dos cursos de direito

A nação brasileira do tempo do império se divide assimetricamente em dois estratos sociais: um pequeno grupo de indivíduos ricos, cultos e de grande influência política e uma maioria de brasileiros pobres e sem instrução, subjugados moralmente e economicamente pelas elites constituídas pelas oligarquias rurais, os senhores de engenho e os donos das casas-grandes, e pelos funcionários públicos e titulados que transitavam na corte.

Entretanto, aos poucos, foram mudando profundamente os aspectos das elites brasileiras, pois estas passam a sofrer de forte influência oriunda do pensamento livresco dos cursos superiores da Europa e, também, das faculdades no Brasil. A maioria dos filhos dos senhores de engenho que saíam de suas casas para estudar em faculdades estrangeiras ou brasileiras já não queria mais retornar aos lares das casas-grandes, preferindo o burburinho das cidades ao silêncio bucólico do cenário rural. Esse estranhamento às raízes se deve ao longo convívio com os costumes europeus e metropolitanos, que transformam drasticamente o perfil da demografia brasileira, como nos sugere Tobias:

Deste modo, os próprios filhos, de modo involuntário, mas fatal, foram deslocando, por intermédio do dinheiro dos pais e avós, o eixo político e social do

Brasil, trazendo-o do campo para a cidade. O centro do Brasil de agora em diante, aos poucos e jamais totalmente, irá deslocando-se profunda, mas irremediavelmente, da casa-grande para o sobrado; do senhor de engenho para o **bacharel**; do campo para a cidade; do morgado e do padre para o **doutor**; da riqueza rural para a instrução intelectual; da nobreza rural para a burguesia intelectual. (1986, p. 194 –grifo meu)

Os bacharéis brasileiros, aqueles que estudaram nas universidades da Europa e do Brasil, são elementos determinantes da transferência do poder político do campo para a cidade. Por meio de seus refinamentos, atos, trajes e discursos, criam um novo grupo de distinção cultural, cuja influência é resultante das competências intelectuais aprendidas e assimiladas no ambiente universitário e que possibilitam uma enorme mobilidade social.

Dentro desse contexto, surge no Brasil “o segundo fator de ascensão social, e conseqüentemente educacional, do Mito do Doutor (Dr.)” (TOBIAS, 1986, p. 198). Por meio desse novo sujeito, abre-se aos pobres e aos mulatos uma porta de aceitação e distinção na sociedade nacional, propiciadora de futuras regalias e de novas condições sócio-econômicas.

As novas tendências trazidas pelos bacharéis dos filhos dos senhores rurais geram uma enorme valorização da diplomação superior, principalmente porque através dela poderiam ser rapidamente identificados, como afirma Freyre, os pertencentes a essa nova elite:

A valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa, mas uma Europa burguesa, de onde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoite de lata. (...) E todos esses novos valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. **De uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis** talvez mais que a dos negociantes e industriais. (FREYRE, 2004, p. 712 – grifo meu)

É esse novo personagem da sociedade brasileira, a matriz construtora da ideologia burguesa, que se inculca no imaginário da maioria brasileira. Ele é o responsável pela transferência da riqueza rural para a força política das cidades e esse *status* pode ser almejado por um novo tipo de cidadão, cujo principal veículo de chegada perpassa a instrução bacharelesca.

O bacharel passa a ser o novo ideal da sociedade do Brasil- Império. E essa titulação abre inúmeras vantagens aos seus portadores, pois permite àqueles oriundos de seios pobres ou negros a aceitação, por meio do casamento, de pertencer a uma família nobre ou rica. Desse modo, como sugere Freyre (2004), para esses sujeitos, torna-se a distinção social, acompanhada da distinção material, um excelente retorno aos esforços demandados por suas famílias ou padrinhos durante o período de graduação.

A ascensão social do bacharel pobre que, abandonado aos próprios recursos, não podia ostentar senão *croisés* ruços e fatos sovados,...); que estudara ou se formara, às vezes, graças ao esforço heróico da mãe quitandeira ou do pai funileiro; a ascensão do bacharel assim, se fez, muitas vezes, pelo casamento com moça rica ou de família poderosa. (2003, p. 722)

É nesse cenário que se internaliza o “Mito do Doutor”, porque nele se sintetizam todos os desejos da burguesia brasileira. Com a hegemonia do poder político do bacharel brasileiro na sociedade, consolida-se a educação superior laica como modelo mais desejado pelos pais aos seus filhos. No Brasil, as faculdades mais procuradas são as de direito do Recife e de São Paulo. No Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina e, na Bahia, a Escola Militar. Dentre as carreiras, a de maior destaque é a profissão de advogado, porque o formado nessa categoria, além das prerrogativas de ser bacharel, é o preferido para a ocupação dos inúmeros cargos públicos disponíveis no governo.

Segundo Tobias, “a maior indústria montada no Brasil no século XIX foi a fabricação de doutores e de bacharéis” (1986, p. 199) . A carreira jurídica se tornou a predileta no querer da família brasileira e a referente desse imaginário em toda a sua concepção porque

o ideal da educação era o Doutor (Dr.), bacharel em Direito; se o país era pobre, paupérrimo em escolas superiores; se toda mulher tinha sonho: casar com Doutor; se todo homem almejava ser Doutor, era natural que, à semelhança da lei da oferta e procura, houvesse multiplicação anormal das Faculdades de Direito, de onde nasceu a proliferação desmesurada de doutores, dos bacharéis em Direito. (*ibid.*, p. 200)

Além disso, as características comportamentais desse poder bacharelesco promoveram um enorme formalismo nos costumes e tratos dessas novas identidades e influenciaram todo o pensar e o modismo da sociedade da época, que, até hoje, são percebidas e representadas nas cerimônias solenes da diplomação superior, quando não estão presentes também nas festas de formatura do ensino básico e médio⁶, como nos sugere Gilberto Freyre:

O prestígio do título de “bacharel” e de “doutor” veio crescendo nos meios urbanos e mesmo nos rústicos desde os começos do Império. Nos jornais, notícias e avisos sobre “bacharéis formados”, “doutores” e até “senhores estudantes”, principalmente desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo poder aristocrático que se levantava, envolvido nas suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que, nos bacharéis-ministros ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas “ricamente bordadas” e importadas do Oriente. Vestes quase de mandarins. Trajo quase de casta. (2003, p. 722)

Até hoje essa casta particular de homens distintos, retóricos, pomposos e ilustres se constitui no ideal imaginado pelo cidadão brasileiro, principalmente para aquele que vive excluído dos padrões

⁶ É comum a realização de um evento de formatura nas escolas particulares do ensino básico e médio. Desde pequeno o aluno é doutrinado no ritual da formatura.

estéticos e culturais impostos e que, por isso, necessita de alguma diferenciação para ser aceito nas influentes elites do topo da pirâmide social.

4.3. A ascensão social da burguesia emergente por meio da educação

Estudar o imaginário da formatura e relacioná-lo ao valor da diplomação para os primeiros bacharéis permite uma reflexão sobre nossa herança cultural. O empenho e o desejo ideológico da pequena burguesia em transitar nas esferas do poder dominante a partir das letras e da diplomação foi argumento de uma retórica emergente que encontrava na intelectualidade um meio direto de inserção e aceitação social.

O pensamento da classe média atual⁷ a respeito do grau de bacharel nos sugere que ainda podem existir resíduos dos valores ideológicos dados ao título de bacharel durante o século XIX, como no dizer de Tobias:

Desta maneira, a mudança da sociedade brasileira pela transferência da riqueza rural para a burguesia intelectual das cidades se faz através dos doutores das Faculdades. O grande e único veículo de ascensão social foram as Faculdades do Brasil e as Universidades da Europa; os outros meios, como o casamento, existiram e importantes a seu modo, mas só funcionavam enquanto em dependência e conseqüência do título de bacharel e de doutor. É bem a passagem do poder e da projeção social, do morgado para o bacharel, do padre do Brasil-Colônia para o doutor do Brasil-Império. (1986, p.195)

A burguesia do Brasil-Império era constituída por um grupo de pequenos comerciantes e administradores que almejavam se afirmar como classe dominante, obtendo, com isso, mais prestígio e poder

⁷ Classificada assim por sua condição sócio-econômica segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil – o CCEB ou Critério Brasil. O Critério Brasil foi desenvolvido pela ANEP – Associação Nacional de Empresas de Pesquisas e estima o poder de compra das pessoas e famílias moradoras de centros urbanos.

político. A proximidade e as influências da elite se constituem nas bases da formação do ideário burguês: “Numa estrutura social como a existente no Brasil do início do século XIX, a camada intermediária, em que são recrutados intelectuais, deveria depender da classe dominante, cujos padrões aceita e consagra” (SODRÉ, 1970, p. 31) e que vislumbra no bacharelado uma possibilidade legítima de ingressar nessa elite a que tanto almeja pertencer, porque:

(...) a atividade intelectual, que chega demasiado tarde na colônia, apresenta-se, então, aos elementos da camada intermediária, como via de acesso social, e a cultura é apreciada tão-somente nesse sentido, cultivada para ser ostentada, exteriorizada, não para prazer próprio ou pela utilidade em si. (...) A cultura que tinha finalidade não o saber, mas o diploma – que funcionava como título de enobrecimento – seria, conseqüentemente, “literária e abstrata”, (...) destinando-se, assim, “a formar pregadores, letrados e eruditos” que, com o título, aspiravam às profissões liberais e aos empregos públicos. Nada teria de surpreendente, pois que o elemento dotado desse tipo de cultura fosse o intérprete natural dos interesses da classe dominante. (*ibid.*, p. 72)

Desse modo, era comum a quem o possuía, visto que a própria sociedade assim o valorizava, sublimar a posse do título de bacharel a fim de acentuar a sua classificação social. Nos tratos sociais ou comerciais, o grau acadêmico era salientado logo ao início de uma fala ou documento, impregnando, dessa maneira, o discurso de mais impacto e notoriedade, como observamos no texto do engenheiro Paulo José Pereira, em requerimento enviado ao Governo Imperial em 1882 sobre a possibilidade de assumir os projetos urbanísticos do governo:

O coronel, engenheiro, **bacharel**, Paulo José Pereira requereu ao Governo Imperial, em 2 de março de 1882, privilégio por trinta anos para reedificar prédios da corte, de continuidade com o plano que apresentou

e ora apresenta, substituindo as casas térreas e os cortiços por sobrados de dois andares (...). (*Apud* NEVES, 1991, p. 57 – grifo meu)

O enorme desejo pelo título universitário ou por qualquer outro que trouxesse enobrecimento e poder às conjunturas pessoais e familiares nasceu num ambiente arcaico que privilegiou sobremaneira o ensino literário e humanístico como atributos de distinção; a arte, a influência política e o ócio como costumes de fidalguia em contraposição ao labor e ao suor do esforço físico constante e inerente à massa dos grupos dominados. A colonização jesuítica e o regime absolutista português fortaleceram uma aristocracia brasileira que valorizava a conduta e os hábitos europeizantes em contraste a uma maioria subjugada por um poder extrativista e oligopolista. Esclarecedora é a fala de Fernando de Azevedo sobre as raízes iniciadoras do sentimento popular idealista acerca da elite intelectual:

A classe dirigente distinguia-se excessivamente do resto da população do país, não só do ponto de vista do aspecto exterior, do nível, estilo de vida e dos interesses essenciais, mas sobretudo da cultura. Uma minoria de letrados e eruditos, e uma enorme massa de analfabetos. E, se é verdade que a desigualdade de fortuna (e de poder), ao contrário do que afirmam os economistas, é mais suportável do que a da cultura, esse grande desnivelamento não podia ficar sem efeitos sobre a evolução da cultura (...). (1972,p. 84)

Essa evolução originou um grupo particular de integrantes de uma elite, distinta pelo valor de sua intelectualidade e detentora da cultura das letras, cultura aqui com o propósito de entendimento de coisa conquistada, como no dizer de Werneck:

algo do qual se tem a posse: ter cultura. A posse da cultura é vista como algo positivo, como algo que habilita alguém a ocupar determinado posto ou cargo

na sociedade, algo que dá prestígio, algo que torna alguém superior aos demais. (2003, p.8).

Deixar de fazer parte de uma massa de trabalhadores analfabetos e conquistar os espaços destinados à elite intelectual, respeitada em razão de suas influências políticas e condição social, cristalizou-se no imaginário de muitos brasileiros das classes intermediárias, do final dos Oitocentos e se disseminou por todo o século XX, como sugere Sodré: “a cultura guardava, pois, o timbre aristocrático – de que, aliás, ainda não se libertou completamente” (1970,p. 34). Assim, se esses indivíduos não conseguiram realizar tal façanha através de suas próprias vidas, repassaram para seus filhos e parentes um imaginário repleto de valores cristalizados sobre a importância essencial de ter um diploma de nível superior. Uma visão de mundo comum e mitificada, que julgava que ser bacharel era estar inserido na nata da sociedade letrada. A detenção de um título acadêmico é, por isso, de valor nobre, de real magnificência, que permitia o direito ao uso do antenome ou título de doutor.

(...) a parte da população que então procurava a escola já não era apenas pertencente à classe oligárquico-rural. A esta, aos poucos, se somava à pequena camada intermediária, que, desde cedo, percebeu o valor da escola como instrumento de ascensão social. Desde muito antes, o título de doutor valia tanto quanto o de proprietário de terras, como garantia para a conquista de prestígio social e de poder político. Era compreensível, portanto, que, desprovida de terras, fosse para o título que essa pequena burguesia iria apelar, a fim de firmar-se como classe e assegurar-se o *status* a que aspirava. (ROMANELLI, 2005, p. 37)

4.4. Os herdeiros da burguesia emergente na contemporaneidade

O pensamento do imaginário burguês se fortaleceu em meio a uma aristocracia formalista, muito admirada por seu *habitus*⁸ europeizado, contrastado a uma maioria populacional subjugada por um poder extrativista e oligopolista e de onde nasceram os primeiros traços do perfil da cultura burguesa brasileira, como nos aponta Sodré:

A pequena burguesia precoce, que é uma das peculiaridades de nossa formação social – constitui a área em que a cultura encontra clima e se desenvolve. Nela recrutam-se os letrados, os funcionários, os religiosos, todos aqueles que necessitam dos conhecimentos. (...) Trata-se de uma sociedade em que a cultura, como forma de conhecimento ou como prenda – não importa – começa a encontrar espaço, a despertar interesse em que manifestações artísticas – na torêutica, na escultura, na arquitetura, na ourivesaria, nas letras – encontram apreço na camada intermediária e, em parte, na classe dos senhores – pelo menos como motivo de ostentação – de forma a desenvolver-se, distinguindo socialmente os que nelas mais se destacavam e tendo em comum com os lazes da classe dominante, salvo quando se aparenta artesanato, o traço de não surgir do trabalho físico, de contrastar com ele, de ser própria de homens livres. Como, nas cidades, acompanhando o desenvolvimento comercial, a instrução começa a expandir-se, como exigência utilitária ou **como distinção de classe**, cresce o número dos que a procuram. (1970, p. 28 – grifo meu)

O gosto pela ostentação, pelo ter e pelo aparente ainda hoje encontra reflexo em nossa sociedade. Além disso, a universidade, em razão do seu papel histórico de construtora do conhecimento crítico e científico, revestia seus egressos com a áurea capa da elite intelectual. Ainda hoje, essa ideologia está latente no imaginário dos indivíduos da contemporaneidade:

⁸ Não tratamos aqui do conceito segundo a ótica bourdieuriana, “cuja antecipação prática repousa sobre toda a experiência anterior” (NOGUEIRA & CATANI, 2003, p. 11), muito embora seu sentido seja cabível também aqui, em razão dos caminhos teóricos deste estudo. Referimos-nos ao conceito de *habitus* empregado pela antropologia social como modo de ser.

A universidade deve continuar a ser a fonte capaz de matar a sede de saber dos que, cada vez em maior número, encontram na sua própria curiosidade de espírito o meio de dar sentido à vida. A cultura, tal como a entendemos, inclui todos os domínios do espírito e da imaginação, das ciências mais exatas à poesia.

As universidades têm certas particularidades que as tornam locais privilegiados para desempenhar certas funções. Constituem o conservatório vivo do patrimônio da humanidade. (DELORS, 2004, p. 144)

Por isso, para os herdeiros da exclusão da sabedoria letrada e da burguesia emergente de nossa sociedade, formar-se pode ainda resultar, apesar do tempo decorrido, em aspirações e interpretações idealizadas, que só se desfazem tardiamente com o não-recolhimento do bônus financeiro ao longo do decurso profissional, mas não sem antes passar pelos festejos da cerimônia instituída para a colação de grau.

4.4.1. A identidade da classe média brasileira

Segundo Gorender, “a média burguesia continua a representar importante camada da burguesia brasileira” (2004, p. 108), o que nos sugere que essa classe média no Brasil ainda sonha e se espelha no tipo, estilo e atitude dos grupos de referência, cuja posição privilegiada influencia as relações de poder e as tendências comportamentais da sociedade. Esses sujeitos ocupantes do topo da pirâmide social são ditos ricos e poderosos e seus modos e costumes são avidamente desejados pela maioria popular.

O uso do termo “classes sociais” foi ocasionado pela disseminação do clássico pensamento marxista, que propõe, para que houvesse um melhor entendimento das lutas provenientes das diferenças de capital e propriedade, a estratificação da população das sociedades capitalistas, como afirma Ridenti:

Seriam três as “grandes classes” para Marx, as quais poderiam ser designadas rigorosamente como classes, a classe dos capitalistas, a dos proprietários latifundiários e a dos trabalhadores assalariados, que aparecem respectivamente como proprietários de capital, de terra e de força e de força de trabalho, tendo como rendimentos correspondentes o lucro, a renda da terra e o salário. (2001, p. 15)

Para Marx, a divisão da sociedade em classes nasce com a sociedade industrial do século XIX, “porque só nela podem ser observadas instituições, partidos e culturas de classe”. (*ibid.*, p.44). Esse pensamento impregnou toda uma sociedade e suas histórias, instituindo-se como verdade única para muitos. Entretanto, para Thompson (1987), num discurso contrário ao pensamento marxista, as classes sociais não derivam apenas do apogeu do capitalismo ou estruturas industriais, elas são definidas pelo próprio homem ao longo de sua história, o que corrobora as concepções de Castoriadis ao enfatizar que não há distinção no social e no histórico, porque é a sociedade “sempre auto-instituição do social-histórico” (1982, p. 417).

A classe realiza-se (...) quando homens e mulheres vivem suas relações produtivas, e quando eles experimentam suas situações determinadas, dentro do “conjunto das relações sociais”, **com suas expectativas e cultura herdada**, e quando eles lidam com essas experiências em termos culturais. (THOMPSON, 1978, p. 150 *in* RIDENTI, 2001 - grifo meu)

Para análises mercadológicas na economia moderna, a divisão da população em classes sociais se dá por razões econômicas e é considerada a partir de atribuição de pontos preestabelecidos segundo o Critério Brasil⁹, tais como o grau de

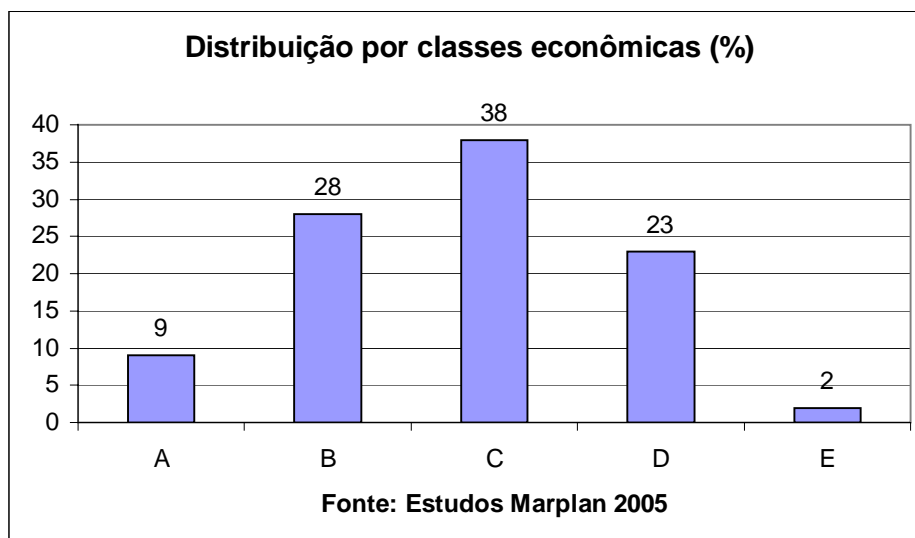
⁹ O Critério Brasil foi desenvolvido pela ANPE – Associação Nacional de Empresas de Pesquisas e estima o poder de compra das pessoas e famílias moradoras de centros urbano. Esse critério é de consenso empresarial e se baseia também em dados estatísticos do IBGE.

instrução do chefe da família, itens de conforto, posses de aparelhos domésticos e eletroeletrônicos no domicílio. Partindo desse princípio, a classe social do sujeito entrevistado é identificada pela soma de pontos de cada item.

Atualmente, a classificação sócio-econômica brasileira está dividida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), nas classes A, B, C, D e E, numa população brasileira estimada de aproximadamente 180 milhões de habitantes. Os pertencentes à classe A, em geral, são os mais afortunados economicamente e culturalmente, constituindo-se numa pequena parcela da população em condições privilegiadas. Os pertencentes às classes D e E são os mais pobres, vivem em busca da minimização de suas necessidades básicas, tais como alimentação, moradia e segurança, e é onde está a maioria do povo brasileiro. Já os pertencentes às classes B e C são aqueles geralmente chamados de classe média, possuindo um poder aquisitivo que lhes permite suprir as necessidades básicas e sociais e a oportunidade de almejar à aquisição de novos itens de conforto e bem-estar para uma futura transposição social.

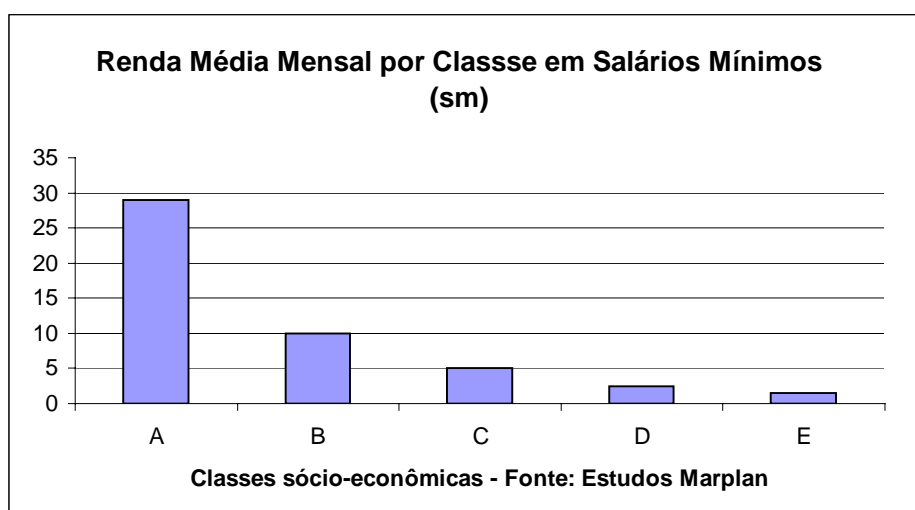
A título de complementação, apresentamos abaixo o gráfico que representa a distribuição das classes sócio-econômicas brasileiras e que aponta a grande incidência dos pertencentes à classe média frente às demais classes.

Gráfico 01



Escolhemos a classe média como objeto deste estudo, porque ela é formada por profissionais de nível intermediário, que recebem remunerações médias em torno de cinco a dez salários mínimos e, freqüentemente, compram e usam produtos que possam demonstrar sua participação nos modismos do cotidiano. Para essas pessoas, viver bem significa morar numa casa bem bonita, junto a uma vizinhança localizada na melhor parte da cidade, onde haja boas escolas. E que também, segundo Kotler, “acreditam em gastar mais dinheiro em experiências que valham a pena para seus filhos, e sua meta é encaminhá-los para a universidade”. (1999, p. 99)

Gráfico 02



Numa análise superficial sobre as questões educacionais, parece que, para a classe média, só interessam os aspectos referentes ao capital material proveniente da profissão. Mas, será que, no íntimo dessa classe, não pode estar adormecido um conjunto de desejos latentes (*status*, vaidade, orgulho, vitória, honra, poder), querer herdados de um grupo social que, no passado, valorizou em excesso o diploma de nível superior e que, por isso, realçou em demasia as atitudes e maneirismos para demonstrar a distinção dessa conquista?

Lamentavelmente, não existem estudos ou dados estatísticos específicos sobre o filtro em estudo. Contudo, a análise da curva de crescimento de ingressos no ensino superior frente à distribuição percentual das classes econômicas, leva-nos a conjecturar se esse aumento não foi alavancado por sujeitos oriundos da classe média. Principalmente se levarmos em consideração que a maioria do público presente na classe alta está classificada nela também em razão do seu grau de instrução.

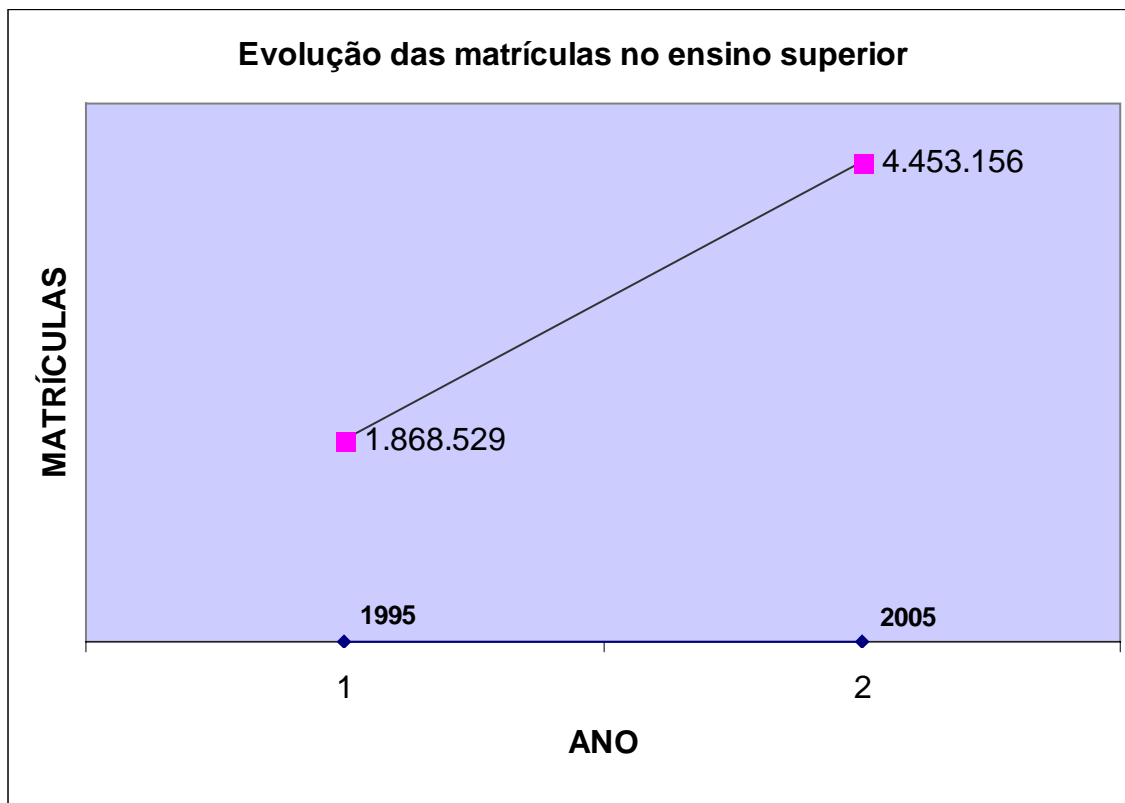
Um comparativo entre os dados de 2005 em relação a 1995 demonstra que, em dez anos, o número de matrículas cresceu significativamente, o que indica a chegada de novos públicos às salas de aulas universitárias.

Tabela 01

Ano	1995	2005	%
Matrículas	1.868.529	4.4453.156	138

Fonte: Inep – Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais

Gráfico 03



5. OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA FORMATURA

5.1. A formatura como indício de *status* social

Os documentos estudados por Manacorda (2006) acerca da tradição da escolarização demonstram que a preocupação com a aquisição da cultura como perspectiva de ascensão social desde sempre esteve presente no empenho das famílias em obter honra e louvor entre os seus semelhantes. Vários testemunhos retirados de documentos seculares sugerem que, já no tempo dos escribas, aproximadamente dois mil anos antes de Cristo, já existia uma orientação familiar para a importância da educação como meio de distinção social.

Ó escriba, forma-te um filho, educando-o de cima abaixo nas letras úteis. Eu também fui educado por meu pai nas letras úteis, que lhe tinham sido transmitidas... **E reparei que, depois que me tornei sábio, comecei a ser louvado...** Assim também tu deves criar-te um filho que seja educado nas letras. (BRUNNER *in* MANACORDA, 2006, p. 20 – grifo meu)

A conquista do diploma de nível superior ainda pode ser um sonho há muito acalentado, não somente pelas possibilidades materiais que essa situação pode oferecer aos estratos sociais intermediários, mas também pelos significados que se estabeleceram no imaginário social desses indivíduos ao longo do século.

O imaginário, entranhado no inconsciente do sujeito, “manifesta-se em todos os tipos de produção cultural e mesmo independentemente de qualquer ato propriamente livre”. (WERNECK, 2003, p. 85) Nesse caso, não poderia ser diferente com os herdeiros da cultura bacharelesca, cujas referências identitárias

se estabelecem nos sujeitos históricos que ainda produzem sentido e valor às práticas cotidianas, como nos diz Rudolf Lenhard, ao tratar das questões da natureza e funções da cultura:

Cada povo, cada sociedade tem uma “herança social”, um patrimônio de padrões de comportamento que é transmitido de geração a geração e, embora seja parcialmente modificado quando as condições de vida o exigem, tem uma tendência impressionantemente forte para se manter estável. (1971, p. 25)

A essa força impressionante da transmissão da cultura, Castoriadis nos lembra que ela se manifesta através do imaginário, pois

Do mesmo modo, cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando cada vez fazer um conjunto significativo, no qual certamente devem encontrar lugar os objetos e seres naturais que importam para a vida da coletividade, mas também esta própria coletividade, e finalmente uma certa “ordem no mundo”. Esta imagem, esta visão mais ou menos estruturada do conjunto da experiência humana disponível, utiliza as nervuras racionais do dado, mas as dispõe segundo significações e as subordina a significações que como tais não dependem do racional (nem, aliás, de um racional positivo), mas sim do **imaginário**. Isso é evidente tanto para as crenças das sociedades arcaicas como para as concepções religiosas das sociedades históricas: e mesmo o “racionalismo” extremo das sociedades modernas não escapa totalmente a esta perspectiva. (1982, p. 179-180 - grifo meu)

Segundo Lenhard (1971), toda cultura resulta das necessidades vitais do homem e sempre sobre elas se forma um complexo sistema de modos de pensar e agir. Os indivíduos têm necessidades materiais que geralmente variam de uma sociedade para outra ou do nível de desenvolvimento de uma comunidade para outra, em razão de fatores ambientais, econômicos ou culturais. Ter uma necessidade significa atribuir valor a um determinado bem,

situação ou sensação. Existe uma carência consciente da necessidade, que só poderá ser saciada mediante a conquista do objeto. Para muitos, por exemplo, é um produto de grife; para outros, é um novo título acadêmico; e, para alguns, é viver algumas horas em evidência pública em razão de uma conquista. Desse modo, o valor atribuído a uma determinada condição decorre de uma ligação íntima com o estado em que se encontra cada indivíduo, ou seja, em que estágio ele se encontra na pirâmide¹⁰ da vida.

O homem se realiza à medida que tem condições de desenvolver-se física, psicológica e socialmente. Esse desenvolvimento vai beneficiar não só o ser humano individualmente, como também as organizações e a sociedade em geral; isto porque, à medida que os indivíduos se tomam mais capazes, tanto física como mentalmente, as suas realizações passam a ser qualitativamente superiores. (AGUIAR, 1992, p.299)

Sem perceber que reproduzem um pensamento cristalizado do passado em seu *habitus*¹¹ contemporâneo, muitos brasileiros buscam até hoje na diplomação superior a via segura para a realização de seus sonhos de alavancagem social. O valor subjetivo que envolve o grau de bacharel, sem contar as dificuldades do ingresso, e os árduos anos de estudo e financiamento transformaram os registros dessa conquista em representantes simbólicos do *status* há tanto almejado e que, por isso, são ritualmente repetidos por todos aqueles que finalizam a jornada universitária.

5.2. A formatura como símbolo de condição para uma profissionalização

¹⁰ “Pirâmide de Maslow”. Segundo Abraham Maslow, uma pessoa tem uma hierarquia de necessidades que variam de acordo com importâncias e circunstâncias. Ele propôs uma classificação de cinco estágios, a saber: Fisiológicas, Segurança, Relacionamento e Amor, Estima e *Status* e de Auto-realização.

¹¹ Tratamos aqui do sentido atribuído por Pierre Bourdieu, que diz possuir o *habitus* “capacidades criadoras, activas, inventivas. (...) Indica a disposição incorporada, quase postural”. (2004, p. 61)

O diploma de nível superior tende a ser identificado, para muitos sujeitos, como o caminho certo para a ascensão econômica e social, principalmente para aqueles incluídos nos estratos econômicos mais baixos da sociedade. Porém, ele também é um símbolo do saber adquirido, o documento que certifica que o educando está preparado para as suas novas competências profissionais e que, por isso, está presente num momento tão especial como uma solenidade da formatura.

Desde a Antigüidade, o diploma carrega em si mesmo um significado muito abrangente. Ele representa os papiros dos ensinamentos, os livros de instrução escritos pelos sábios escribas.

Os escribas cheios de sabedoria, do tempo que seguiu ao dos deuses (...), escolheram como próprios herdeiros os livros e os ensinamentos que deixaram. Elegeram como sacerdote ritualista o rolo de papiro (...) E são chamados pelos livros que escreveram (...) um livro é melhor que uma casa construída, melhor que um túmulo no Ocidente. (BRESCIANI *in* MANACORDA, 2006, p. 31)

E Manacorda nos lembra, ao refletir a respeito dos conteúdos de outros textos antigos sobre a instrução intelectual, que sempre houve indícios da valorização dada aos saberes adquiridos por meio da escolarização.

Também em numerosos outros textos, mais fragmentados e de menores proporções, podemos reunir diversas indicações de reflexões pedagógicas. Eis, por exemplo, exaltado o valor do ensinamento, graças ao qual o homem pode melhorar sua própria natureza. (...) “Não digas: todo homem é, segundo sua natureza, ignorante e sábio ao mesmo tempo... o ensinamento é bom e não cansa”. (BRESCIANI *in* MANACORDA, 2006, p. 31)

E, ainda, de sua antiqüíssima importância para a aquisição de uma ocupação menos árdua na sociedade.

Sê escriba: esse ofício salva da fadiga e te protege contra qualquer tipo de trabalho. Por ele evitas carregar a enxada e a marra e dirigir um carro. Ele te preserva do manejo, do remo e da dor das torturas, pois ele te livra de numerosos patrões e superiores. (ibid.,p.31)

5.3. A formatura como produto comercial

O ideário da formatura também é alimentado pelo novo cenário da educação superior no Brasil. É fato que a expansão geográfica e mercadológica da oferta universitária, com sua sortida modalidade de cursos e preços, gerou como principal benefício a ampliação das chances de ingresso para os públicos de menor renda, ou seja, vagas para todos aqueles que consideravam o ensino superior como algo destinado às elites da sociedade. Desse modo, percebe-se que o esforço e o empenho em acessar a universidade e, conseqüentemente, em participar da solenidade da colação de grau são atos impulsionados por um desejo latente, gerador de oportunidades profícuas aos aspectos comerciais.

O crescimento das matrículas e o número de formandos dos cursos universitários revelam que a formatura, sob o ponto de vista mercadológico, tornou-se um atraente negócio para as empresas de eventos no Brasil. Levando-se em conta que, em dez anos, houve um crescimento de 182% de concluintes, podemos estimar que, sendo mil reais o custo médio cobrado a cada participante para a organização da cerimônia de formatura¹², esse setor movimentou, no ano de 2005, aproximadamente setenta milhões de reais, sem considerar os custos extras com vestuário, embelezamento e despesas adicionais.

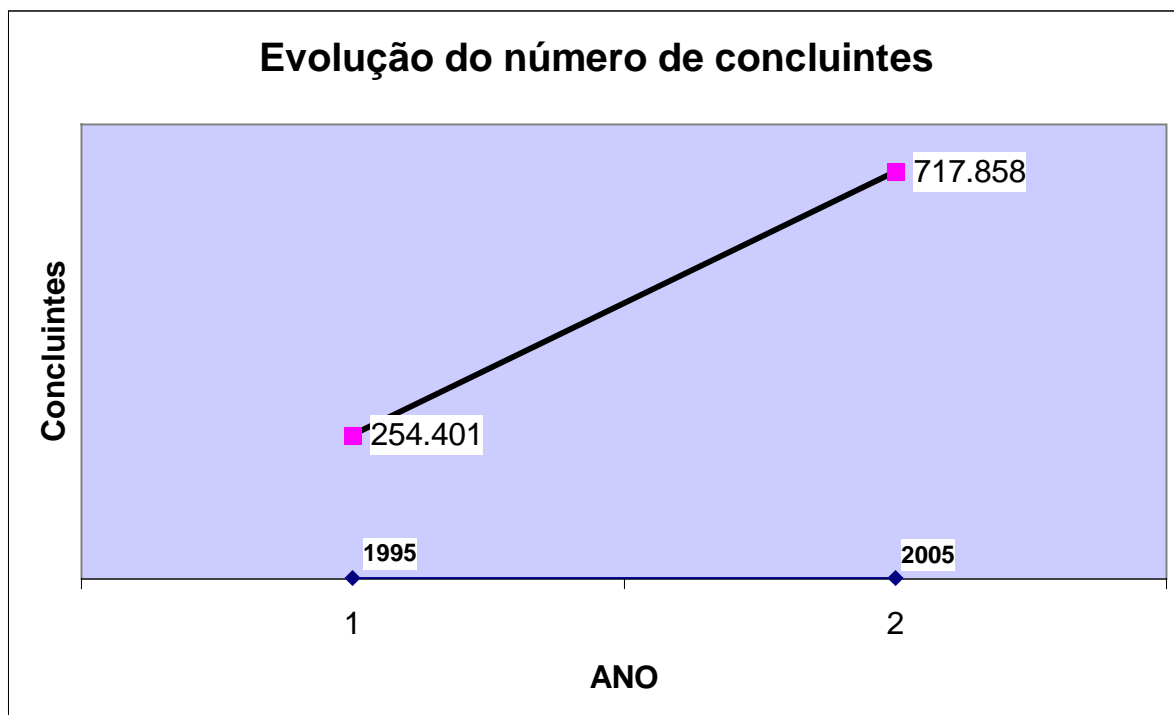
¹² O *kit* formatura mais simples inclui a organização do cerimonial, a decoração, os convites, as placas de homenagem, o som e a foto. Para qualquer item a mais, como festa, viagem ou anel, será cobrado um preço à parte.

Tabela 02

Ano	1995	2005	%
Concluintes	254.401	717.858	182

Fonte: Inep – Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais

Gráfico 04



Numa pesquisa breve sobre a palavra “formatura” nas páginas virtuais da *internet*, é possível encontrar mais de setecentas mil citações sobre o termo. A maioria dos registros ou diz respeito às datas e acontecimentos das últimas e próximas cerimônias ou cita milhares de empresas que se oferecem para organizar o tão esperado *grand finale* dos formandos de nível superior. Além disso, há apelos visuais, tais como *banners*¹³ e *pop-ups*¹⁴, de várias páginas de joalheiros e joalherias ofertando a preços módicos o anel

¹³ Segundo o Dicionário de Marketing e Propaganda, banner é “material promocional usado no ponto-de-venda.” (SILVA, 2005, p.119). Na internet ele assume a mesma função.

¹⁴ Pop-up é segundo o Dicionário de Marketing e Propaganda “um tipo de espaço publicitário em que uma pequena janela, como uma espécie de página da web, abre-se automaticamente após uma ação direta ou indireta do usuário da Internet.” (ibid., p. 467)

do bacharel, o dito “anel de doutor” e também *links*¹⁵ de inúmeras empresas de turismo com pacotes de viagem especiais para a ocasião.

Abaixo apresentamos uma das inúmeras propagandas veiculadas na internet. Esta empresa conta, inclusive, com um núcleo de apoio jurídico para dar suporte aos contratados.



OS SERVIÇOS

A sua formatura é um momento único!
E queremos que ela seja inesquecível. Por isto você deve ter a melhor assessoria possível para que este sonho se torne realidade.

Disponibilizamos uma infra-estrutura completa em nossa empresa com salas de reuniões, telefones fixos e celulares, internet, som e dvd.

Nossos formandos recebem o exclusivo MANUAL DO FORMANDO: um guia explicativo para auxiliar a comissão de formatura em todo o processo de execução do trabalho.

A personalização em nosso atendimento faz com que o formando tenha durante o processo de trabalho a certeza do sucesso de seu evento.

Nossas comissões recebem acompanhamento integral desde a criação e aprovação do estatuto, passando pela abertura da conta bancária, atualização de planilhas de custos, apoio nos eventos extras para arrecadação de fundos, acompanhamento na assinatura de contratos com terceiros, disponibilização de nosso departamento jurídico se necessário, escolha dos fornecedores, até o fechamento final do livro caixa e prestação final de contas após a realização de todos os eventos.

<http://www.cerimonialartefesta.com.br/clientes.htm>

¹⁵ Link ou hiperlink é segundo o Dicionário de Marketing e Propaganda “uma conexão clicável entre páginas da web ou entre um anúncio e um site na web. Links de texto são geralmente azuis e sublinhados, e ficam vermelhos após serem clicados. Links de imagem podem se identificados quando o mouse é movimentado sobre uma imagem e o cursor se altera para uma imagem ou mão.” (SILVA, 2005, p. 397)

Além da questão sobre o fenômeno da explosão mercadológica que envolve vários atores nos processos de organização cerimonial, não se pode negar que a prática da formatura, muito longe do que se pensa, é cada vez mais presente no cotidiano dos alunos de ensino superior¹⁶. Um envolvimento muitas vezes involuntário, mas que, impulsionado por um estímulo interno ou externo, como vontade pessoal ou pressão familiar, acaba por abranger todos os sujeitos próximos aos futuros bacharéis.

5.4. A formatura como rito de passagem

A formatura é um objeto repleto de simbolismo, motivado pela tradição e pela força do comércio. Entretanto, a formatura, enquanto símbolo, também pode ser entendida como uma representação simbólica de uma mudança da condição do sujeito que dela participa. Muito mais do que um rito de passagem, ela está imbuída de múltiplas significações. Sua parte visível deixa claro que é um rito de passagem para aqueles que terminam uma jornada de estudos. É o que Durand chama de metade visível do símbolo. Na formatura, existe uma predominante concepção de que ela é um rito de passagem, porque existe em seu cerimonial uma séria de atos repetidos, “de certas relações, lógicas e lingüísticas, entre idéias ou imagens expressas verbalmente”. (1993,p. 14)

“Rito de passagem” é um termo constantemente empregado para designar os cerimoniais de transição religiosa ou social dos entes de uma sociedade. Os agentes diretamente envolvidos num determinado processo normalmente passam por uma transformação de sua situação social, assumindo, em geral, um novo papel perante sua comunidade, passando de um estágio para outro, conforme nos sugere Arnold Van Gennep:

¹⁶ Hoje em dia, não só os bacharéis e licenciados realizam a cerimônia e a festa de formatura, mas também os formandos dos cursos tecnológicos e seqüenciais. Entretanto, para esses últimos, a formatura não passa de uma encenação, porque seus alunos não colam grau.

A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra. Nos lugares em que as idades são separadas, e também as ocupações, esta passagem é acompanhada por atos especiais, que, por exemplo, constituem, para os nossos ofícios a aprendizagem, e que entre os semicivilizados consistem em cerimônias, porque entre eles nenhum ato é absolutamente independente do sagrado. (...) É o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial para outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, **especialização de ocupação**, morte. (1977, p. 26-27 – grifo meu)

Sendo assim, pode a formatura ser caracterizada segundo os estudos de Van Gennep (1978) como um rito de passagem de agregação, pois os sujeitos que vivenciam essa nova condição necessitam de algo que sinalize e demonstre aos outros o *status* de pertencimento a uma coletividade delimitada, tal qual os indivíduos que entram numa casta profissionalizante ou confraria religiosa.

6. O VALOR ATRIBUÍDO ÀS FORMATURAS CONTEMPORÂNEAS

6.1. Os caminhos da investigação

O caminho percorrido para a elaboração desta pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico, de modo que fossem identificadas diretrizes norteadoras para questionamentos pertinentes à investigação. Algumas questões que surgiram no percurso nos indicaram desdobramentos em outras disciplinas, como na história da educação e no campo filosófico, tornando esta experiência muito mais enriquecedora do que havíamos imaginado no início de nosso trabalho. Contudo, dada a ausência de um referencial bibliográfico referente aos aspectos das formaturas, optamos por realizar uma pesquisa baseada na abordagem Análise de Conteúdo, cujo processo, a título de pretensão de uma significação mais profunda, permitiria um entendimento maior dos sentidos atribuídos ao objeto.

6.1.1. A metodologia empregada na pesquisa

A abordagem Análise de Conteúdo parte da interpretação subjetiva de informações emitidas pelos entrevistados, por método quantitativo ou não. Dentro dessa perspectiva, nosso trabalho de campo se dividiu em duas etapas, a saber: de modo a testar nossa hipótese, realizamos uma fase exploratória em busca de dados primários cujo objetivo (CHIZZOTTI, 2006) foi o de recolher informações mais consistentes, que percepções imediatas não conseguem identificar, e uma fase quantitativa para a geração de embasamento estatístico e de variáveis de comparação. A pesquisa qualitativa foi realizada no mês de maio de 2006 e, nesse período, foram entrevistados dez formandos do curso de direito da Universidade Veiga de Almeida. Vale ressaltar que a escolha dessa universidade se deu em razão de seu contexto ambiental, adequado

às pretensões propostas nesta pesquisa, ou seja, uma ênfase no pensamento dos atores pertencentes à classe média. A Universidade Veiga de Almeida se caracteriza, em comparação às demais privadas do estado do Rio de Janeiro, por ser uma instituição dirigida à classe média, principalmente pela sua localização geográfica, perfil dos matriculados e preços cobrados.

Por meio de seleção aleatória, o entrevistado da primeira fase foi selecionado e um encontro, previamente agendado. Como instrumento de guia para essa apuração, foi utilizado um roteiro pré-estruturado contendo vinte perguntas para aferição (vide anexo). Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. A análise dos resultados da fase exploratória gerou as condições para a categorização e estruturação do questionário a ser aplicado na segunda fase.

A segunda fase se iniciou na segunda quinzena do mês de novembro de 2006. De modo a gerar dados comparativos, foram entrevistados 15 formandos do curso de direito de três modalidades de universidades presentes hoje em nossa sociedade, a saber: uma pública, uma privada confessional e uma privada não-confessional, perfazendo um total de 45 entrevistas. As instituições escolhidas para levantamento de dados da segunda fase da pesquisa foram as universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Católica de Petrópolis (UCP) e a Veiga de Almeida (UVA), essa última em razão de sua participação na primeira fase. O intuito dessa pluralidade institucional é o de apresentar as semelhanças e as diferenças de pensamento existentes entre os formandos de diferentes espaços universitários, cujo interesse principal é o de tornar mais elucidativo o resultado final de nossa investigação.

6.2. Análise descritiva

As reflexões das respostas provenientes da pesquisa exploratória levaram à sistematização das categorias apresentadas no questionário da segunda fase.

6.2.1. Categorização dos dados

Categoria 01- Classe sócio-econômica ⇒ Apresentação da divisão do público-alvo em classes.

Categoria 02- Participação na solenidade de formatura ⇒ Apresentação do percentual de alunos que participarão das formaturas de suas turmas.

Categoria 03- Significação de uma formatura ⇒ Verificação do sentido atribuído à formatura.

Categoria 04- Itens do cerimonial ⇒ Apresentação dos itens que devem compor uma solenidade de formatura.

Categoria 05- Importância dos itens ⇒ Decisão do item menos relevante para o participante.

Categoria 06- Tipo de vestimenta apropriada ⇒ Identificação da vestimenta que deve ser usada na solenidade de formatura.

Categoria 07- Dedicatória da formatura ⇒ Identificação dos sujeitos que são relevantes no contexto da formatura do participante.

Categoria 08- Valores de uma formatura ⇒ Identificação dos valores monetários gastos numa formatura do ensino superior.

Categoria 09- Parcelamento dos gastos ⇒ Apresentação das formas de pagamento de uma formatura.

Categoria 10- Preços cobrados pelo Kit formatura ⇒ Identificação da opinião do formando sobre os preços cobrados em seu cerimonial.

Categoria 11- Empresa contratada ⇒ Identificação da prospecção realizada pela empresas especializadas em organizar solenidades de formatura.

6.2.2. Análise interpretativa das categorias

Categoria 01- Classe sócio-econômica¹⁷

Gráfico 05

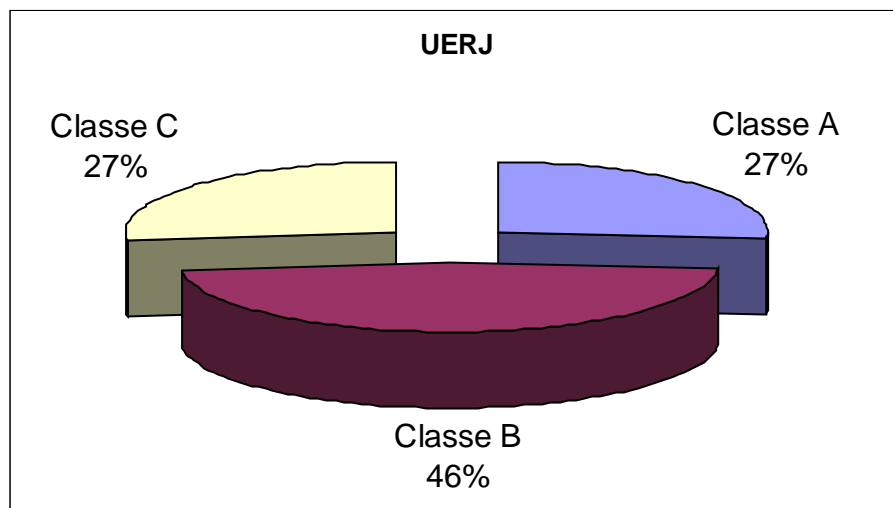
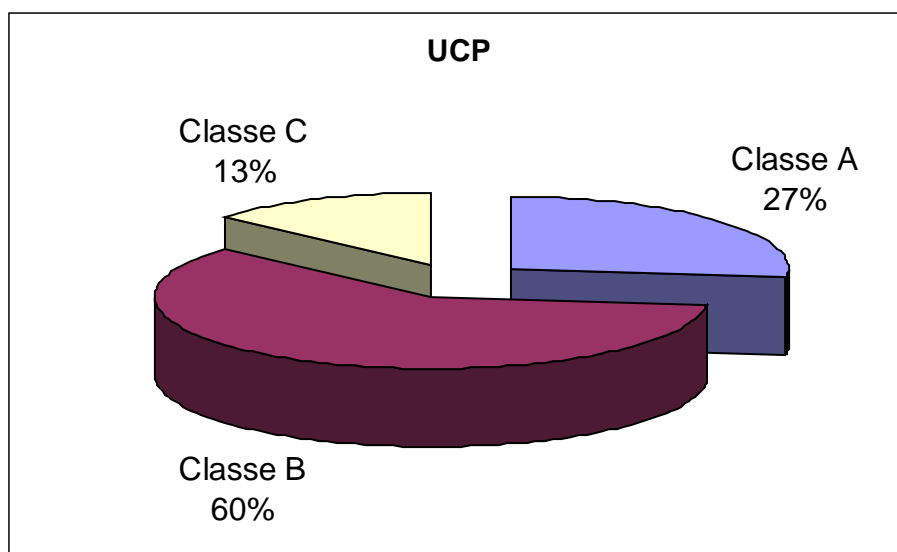
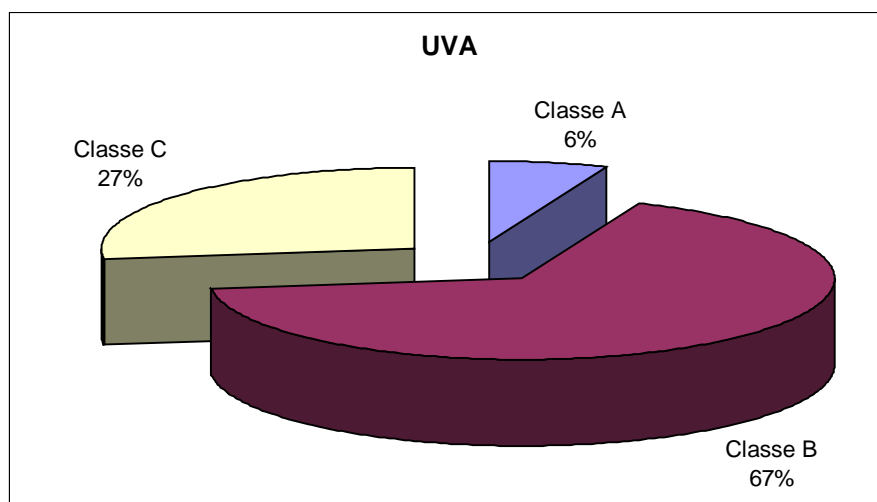


Gráfico 06



¹⁷ Para verificação da classe sócio-econômica do entrevistado foi aplicado questionário (anexo 03) de sistema de pontos do Critério de Classificação Econômica Brasil – ABEP.

Gráfico 07



Na classificação sócio-econômica, encontramos o maior índice de alunos pertencentes à classe A nas universidades UERJ e UCP. Entretanto, se somados os índices das classes A e B da UCP, verificaremos que esta é a instituição com alunos do curso de direito com maior poder aquisitivo.

Na Universidade Veiga de Almeida, encontra-se a maioria dos alunos-formandos pertencentes à classe C, um público com poucas condições de arcar com os gastos extras provenientes dos quesitos moradia, saúde, alimentação e educação.

Categoria 02- Participação na solenidade de formatura

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Sim
- Não

Gráfico 08

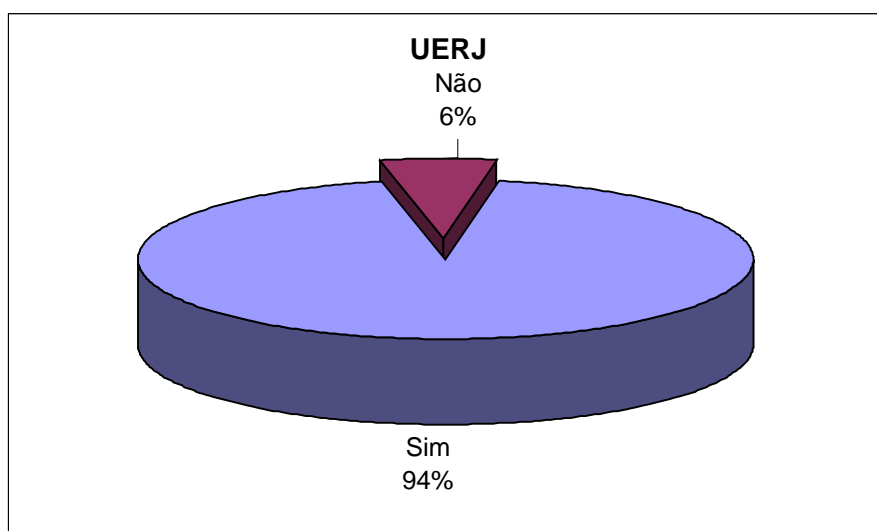


Gráfico 09

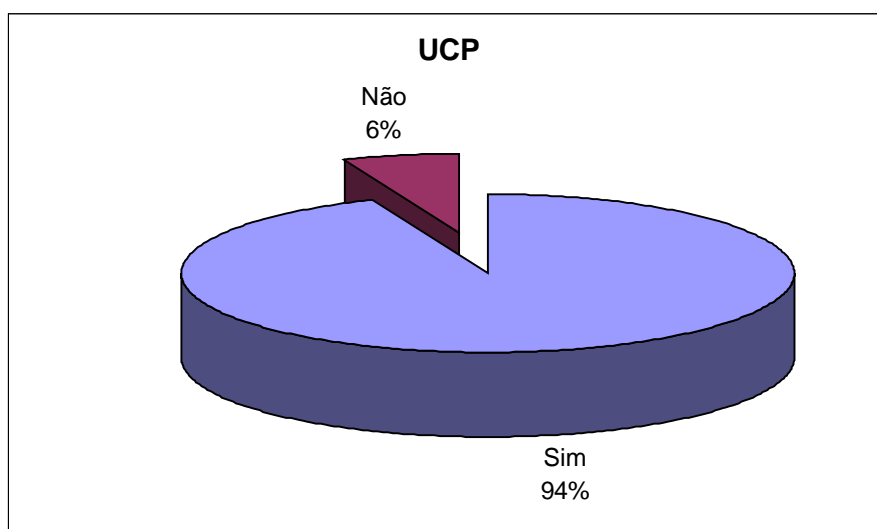
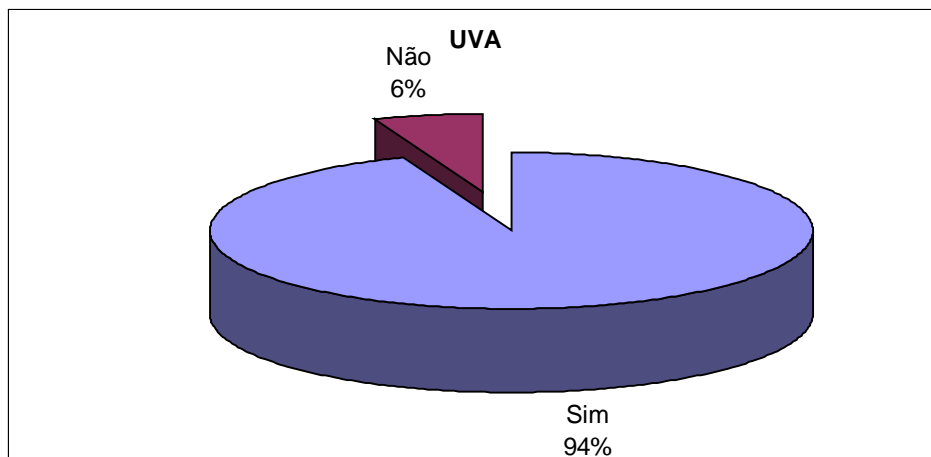
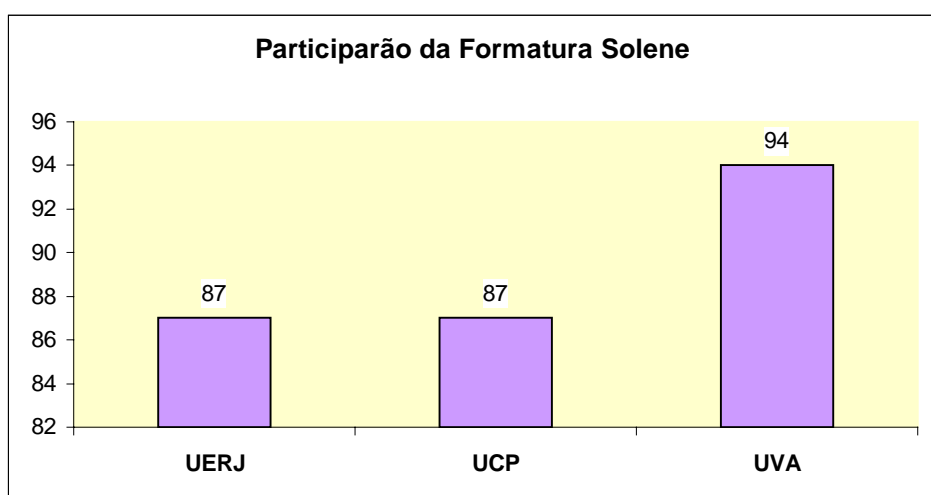


Gráfico 10



Dentro dessa categoria, pudemos verificar que, apesar das diferenças institucionais entre as universidades, a formatura faz parte dos ritos pelos quais o universitário pretende participar e que há todo um esforço pessoal para a sua realização, independente da classe social.

Gráfico 11



É na UVA que encontramos o maior índice de participantes, o que pode estar relacionado ao fato de que é nessa instituição que encontramos a maior parte de alunos oriundos das classes B e C. Sujeitos esses que procuram reproduzir os modos e costumes de seus grupos de referência.

Categoria 03- Significação de uma formatura

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Fechamento de um ciclo de estudos.
- Importante para minha família.
- Momento de realização pessoal.
- Início de uma nova fase.
- Ato solene e obrigatório.
- Um rito de passagem.
- Necessário para a carreira profissional.
- Momento de confraternização com os colegas.
- Outro significado.

Gráfico 12

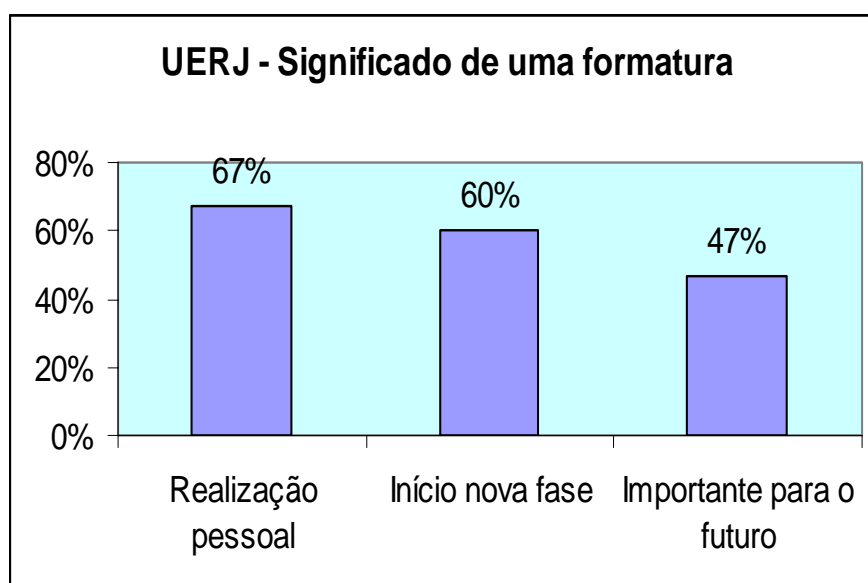


Gráfico 13

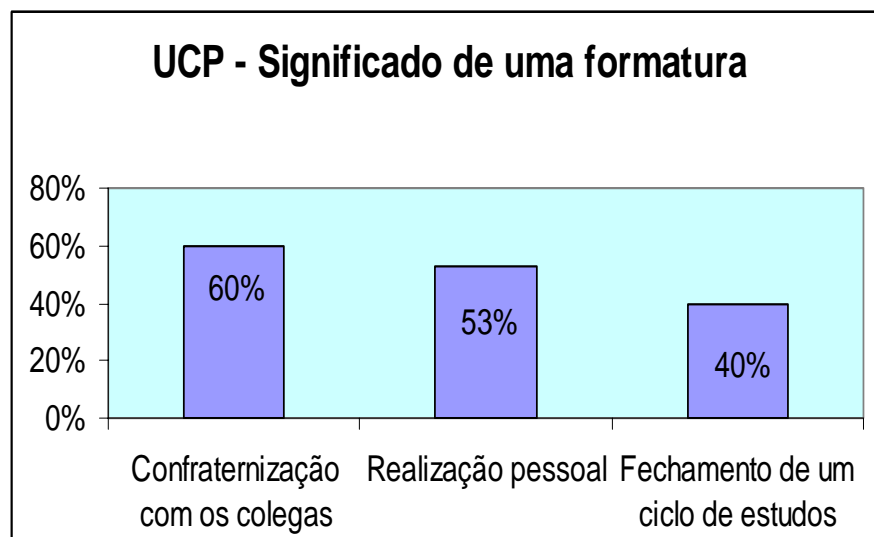
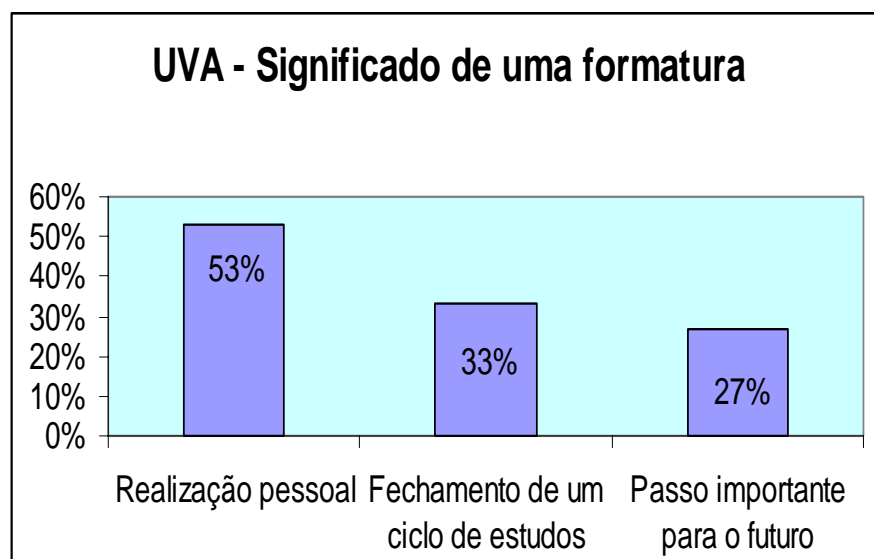


Gráfico 14



De modo geral, para todos os concluintes do curso de direito das três instituições, a formatura é um momento especial, principalmente para satisfazer um desejo pessoal. É na UERJ que

encontramos aqueles que mais desejam a solenidade de formatura para uma realização própria. Além disso, os formandos da UERJ também consideram a formatura como o início de uma nova fase de suas vidas.

Os resultados da UCP apontam que, apesar dos alunos também atribuírem à formatura um sentido de ganho pessoal, visualizamos uma maioria que deseja a formatura principalmente para poder se confraternizar com os colegas de turma.

As declarações dos alunos da UVA a respeito do significado da formatura foram mais pulverizadas, mas a incidência maior está na categoria “realização pessoal”, como nos diz o entrevistado Alcino, 26 anos, formando de direito da Universidade Veiga de Almeida:

A formatura é um momento de realização. Realização porque durante anos a gente fica esperando para se formar para realmente exercer a profissão. A gente vai galgando patamares e vai chegando no seu sonho. É realmente um sonho. Você busca uma meta e se sente mais cidadão a partir da sua faculdade. É ter uma formação mais apurada para poder exercer os seus direitos adequadamente. É participar mais ativo na sociedade.

Revela-se, no discurso de Alcino, um imaginário que considera o curso superior como um meio de transformação social, o que vem de encontro com uma de nossas hipóteses. Dentro desse contexto, é interessante a visão e a certeza que o aluno tem nos futuros frutos de sua diplomação, acreditando que, com o término dos estudos universitários, estará habilitado ao ingresso de uma nova posição na sociedade.

Categoria 04- Itens que devem compor o cerimonial

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Beca
- Outorga do grau
- Foto oficial
- Missa ou cerimônia religiosa
- Festa após a solenidade
- Convite de luxo encamurçado
- Discurso do patrono
- Discurso do paraninfo
- Homenagem aos pais
- Homenagem aos maridos/companheiros
- Homenagem aos mestres
- Música de cada formando
- Cartazes e brincadeiras
- Comissão de formatura
- Outro

Gráfico 15

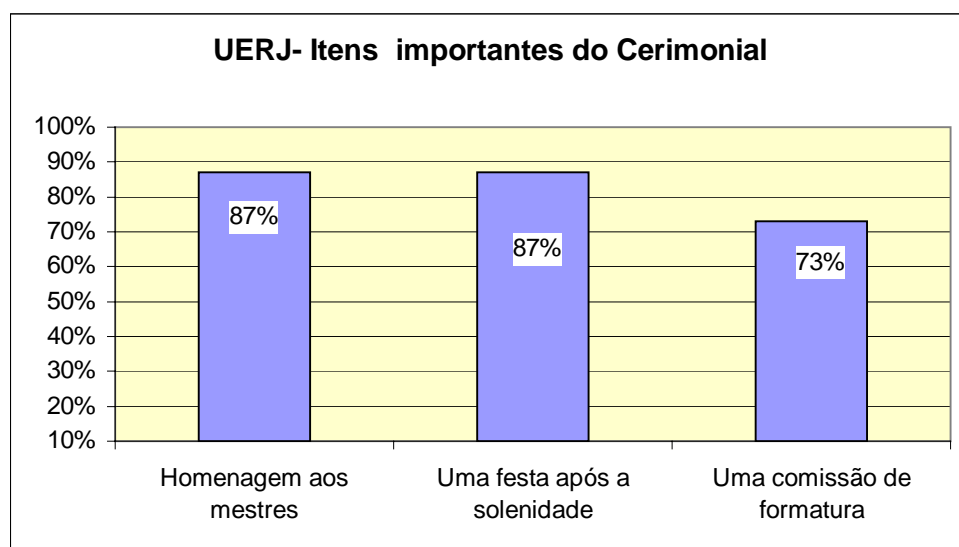


Gráfico 16

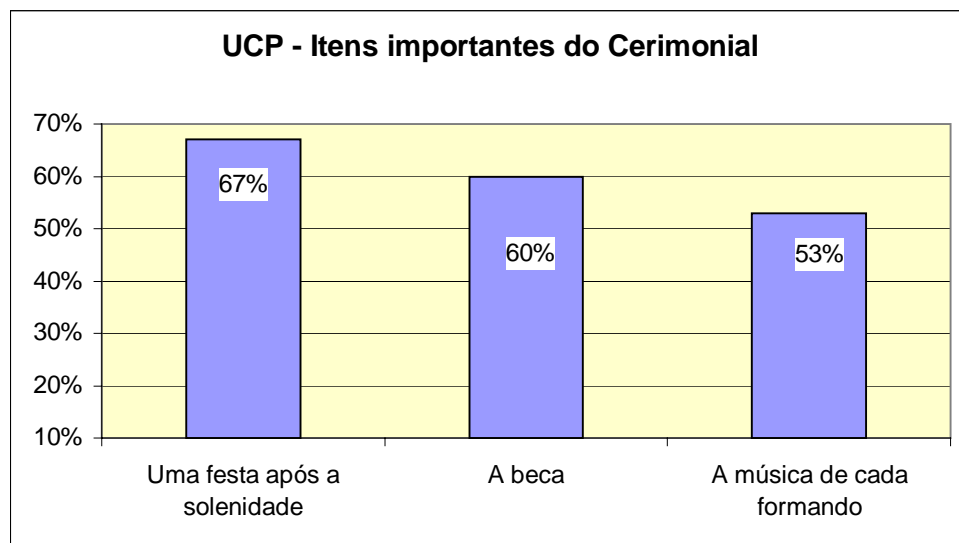
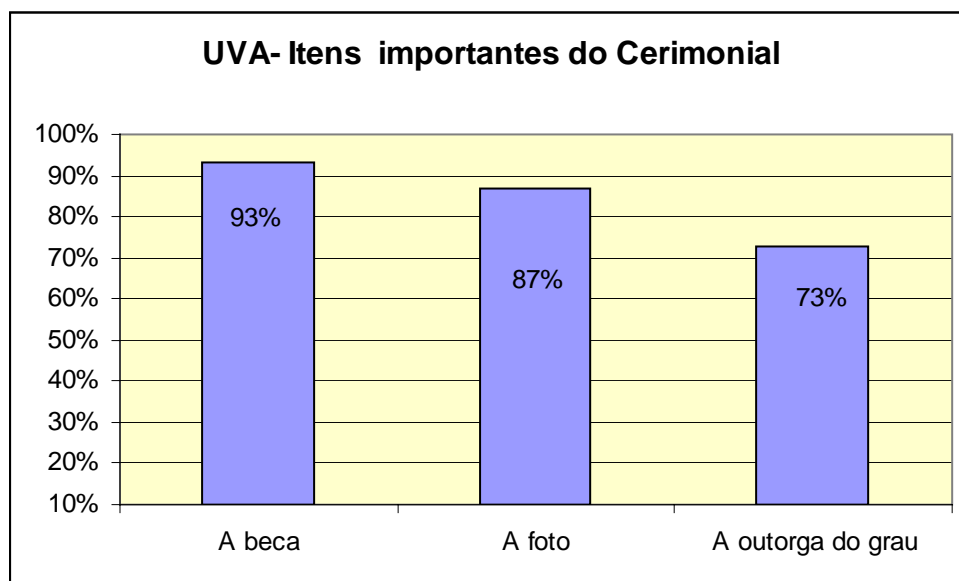


Gráfico 17



As informações dos formandos do curso de direito da UERJ mostram que eles são os que mais valorizam os professores que tiveram durante o curso, o que indica que, no espaço público, os alunos, em tese, por não pagarem uma mensalidade, não se sentem

clientes da instituição, valorizando assim o corpo docente de sua faculdade. Uma valorização tal qual a dos universitários do passado, que recebiam, dos discursos proferidos por seus paraninfos, profundos conselhos de moral e cívica, carregados em seu teor de carinho e emotividade.

Meus caros collegas – Já vos exprimi noutro momento a minha gratidão enternecida á vossa generosidade, cujo alcance sómente mais tarde sabereis reconhecer, e que me collocou neste logar para, ao me dirigir aos meus paranympados, divisar entre elles esse que é um pedaço de minha alma, e que eu eduquei desde o berço para ser digno da vossa camaradagem e do vosso affecto; de sorte que ao vos fitar, elle entre vós, vós ao seu lado, uma allucinação bem-fazeja me passa pelos olhos, e eu não vos vejo mais a todos senão como filhos.

Escolheste a mais árdua de todas as profissões porque é a de fazer o bem, e não se faz o bem senão soffrendo; não é a fadiga que vos abaterá o animo, são os desenganos; a primeira o prazer do trabalho converte em força, mas contra as desillusões só o tempo, ou nem o tempo. (...) Meu filho, meus filhos: o vosso merito está em vós mesmos; conservai sempre a vossa fé e sereis felizes.(COUTO, 1933, p;199)

Em relação às demais, é também na UERJ que encontramos uma maioria que considera a festa após a solenidade tão importante quanto a homenagem aos mestres. Percebe-se também que, para esse público, o trabalho dos colegas envolvidos nos arranjos do cerimonial de formatura é bastante valorizado.

Os alunos da UCP são os mais festeiros, pois eles consideram a festa após a solenidade o item mais importante dentre todos do evento. Todavia, também são formalistas, pois desejam vestir a beca durante a cerimônia. Em terceiro lugar, também sonham com o seu momento de louvor, porque querem que toque, na hora da chamada de seus nomes para a outorga do grau, uma música exclusiva em sua homenagem.



Fig. 01 – Formandos 2002

Os mais formalistas e os que mais desejam os apetrechos que representam o simbólico da formatura são os alunos da UVA. Lembrando novamente aqui que é nessa instituição que está presente a maioria dos formandos oriundos da classe média.

Na UVA, quase todos querem vestir a beca e tirar a foto oficial, desejos que representam a grande vontade interior de mostrar à sociedade os registros dos triunfos alcançados nesse momento. Esse grupo também considerou como item importante a imposição do grau de bacharel, outorgado ou pelo reitor ou pelo seu representante.

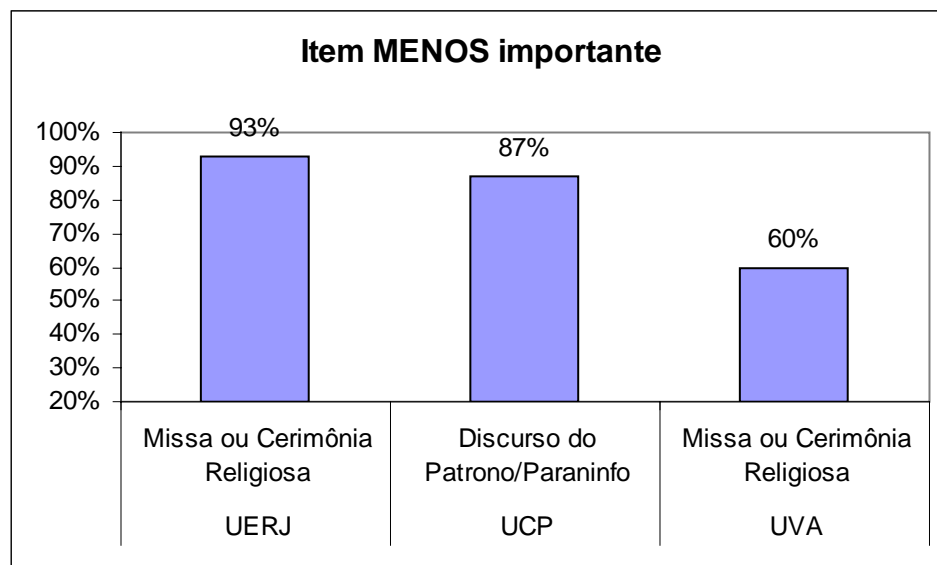


Fig. 02 – Antonio Houaiss - 1936

Categoria 05- Importância dos itens

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Beca
- Outorga do grau
- Foto oficial
- Missa ou cerimônia religiosa
- Festa após a solenidade
- Convite de luxo encamurçado
- Discurso do patrono
- Discurso do paraninfo
- Homenagem aos pais
- Homenagem aos maridos/companheiros
- Homenagem aos mestres
- Música de cada formando
- Cartazes e brincadeiras
- Comissão de formatura
- Outro



A análise dessa categoria também demonstrou que, para os alunos da UERJ e da UVA, o item menos importante é a realização de uma missa ou cerimônia religiosa, o que indica que, para esses contemporâneos, existe pouca aproximação entre essa conquista e as crenças religiosas e que cada vez mais a sociedade atribui pouco valor às convenções religiosas.

Ao contrário do que pensam os formandos da UERJ, para os futuros advogados da UCP, o item menos importante é o discurso do patrono ou do paraninfo, o que representa uma demonstração de pouca consideração pelos professores de suas disciplinas ou pelo conteúdo ministrado durante o período de aulas.

Categoria 06- Tipo de vestimenta apropriada

- Foram oferecidas as seguintes opções:
- Gala
- Passeio completo (terno e gravata/longuete)
- Esporte fino (camisa social/sapato fino)
- Casual (normal noite)
- Normal do dia-a-dia

Gráfico 19

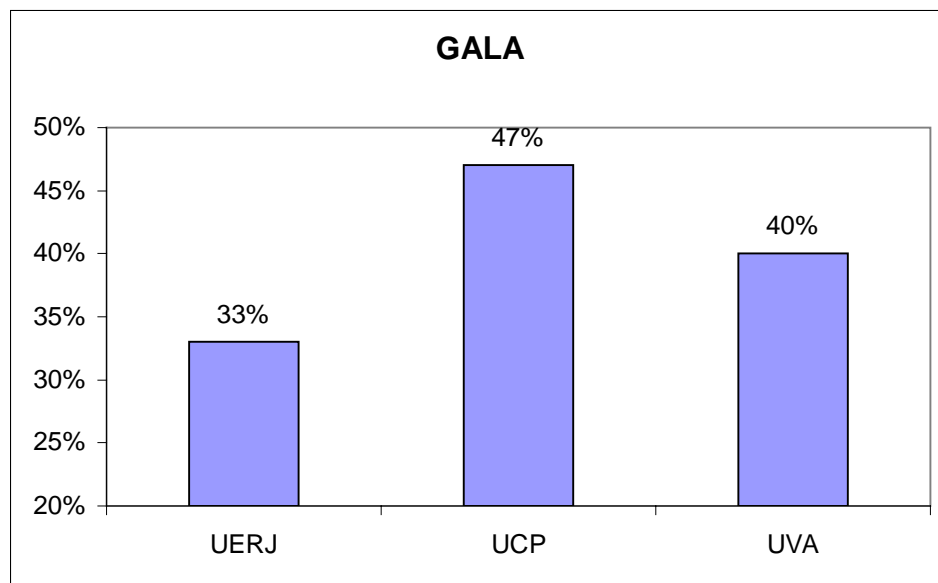
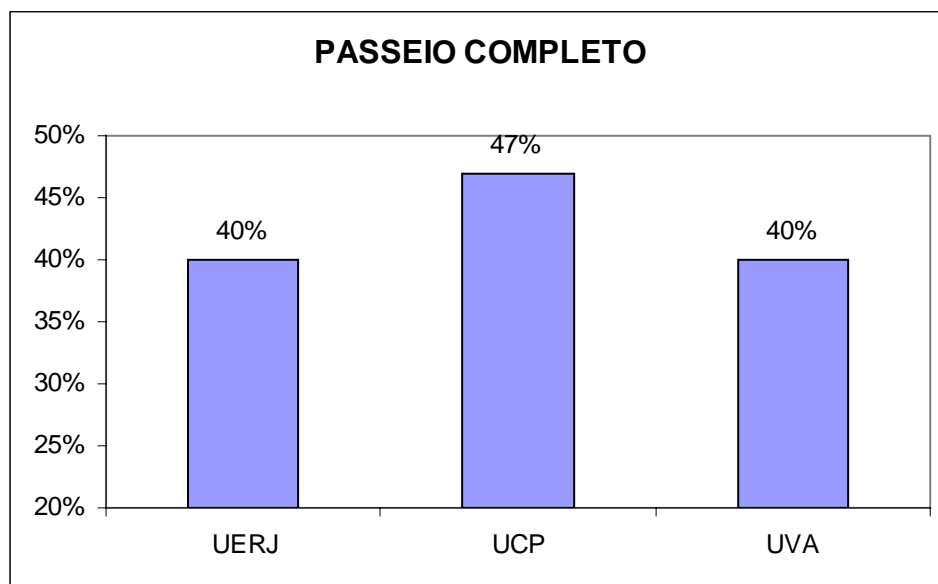


Gráfico 20



Dada a importância atribuída ao evento, não se poderia esperar que a roupa escolhida não fosse também uma demonstração de luxo e formalidade. A maioria dos formandos pretende participar

de suas cerimônias de formatura vestidos com trajes de gala ou passeio completo, o que em nossa sociedade denota um estilo a rigor. Contudo, são os formandos do município de Petrópolis que irão mais empolados às suas festas.

A indumentária de luxo (LIPOVESTSKY, 2001) está ligada diretamente à teoria do princípio da distinção social e do poder. Trajar uma vestimenta imponente e pomposa pode significar uma vontade interior de aproximação com os sujeitos das classes de elite e também expressão e registro de uma nova condição social, como nos sugerem as falas apresentadas abaixo, retiradas de uma reportagem sobre o que é apropriado vestir numa formatura.

Preciso urgente saber o que vestir na minha formatura. O vestido deve ser um longo vermelho ou vinho. Quero que meu vestido seja simplesmente o máximo, pois gosto de arrasar, mas sem vulgaridades. (MODA ALMANAQUE- FSP, 2006)

Olá, preciso de ajuda para escolher o vestido para minha formatura. O local é muito sofisticado e o traje no convite é social. Estou bem acima do peso e preciso de um modelo que não me deixe ainda maior. Apesar do peso, tenho uma distribuição proporcional. Obrigada!!! (MODA ALMANAQUE- FSP, 2006)

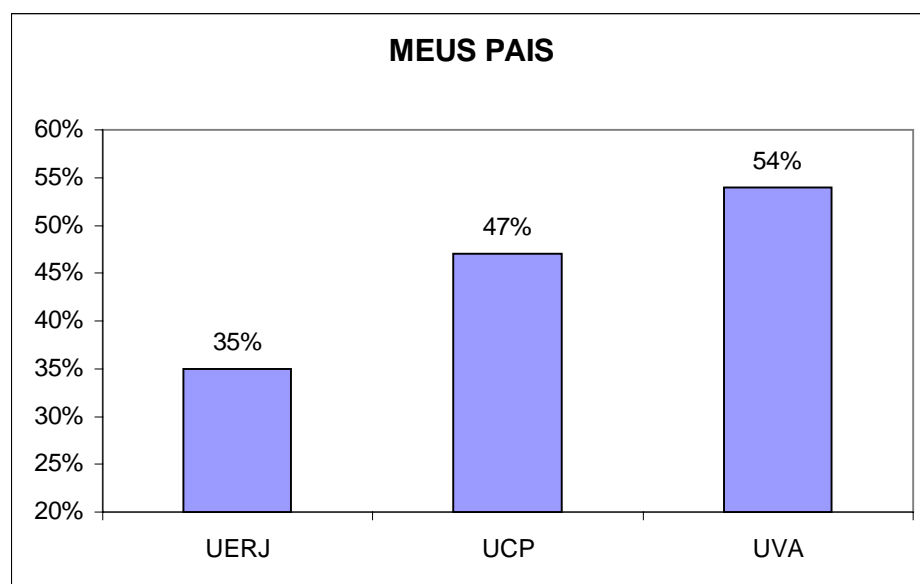
Categoria 07- Dedicatória da formatura

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Meu pai
- Minha mãe
- Meus pais
- Meus avós
- Minha família
- Meu namorado (a)
- Meu marido (a) /companheiro (a)

- Um amigo
- Ninguém

Gráfico 21



Os pais são os maiores apoiadores de seus filhos. E as conquistas dos filhos são também suas conquistas. Por isso, é natural que seja para eles o oferecimento da formatura. Mas é na UVA que se encontra o maior índice de dedicação aos pais e é nessa instituição que está a maioria dos formandos da classe C. Esse índice nos sugere que esses sujeitos sabem e se sensibilizam com o esforço empenhado pelos seus pais para pagar uma faculdade. O formando Wilson, 24 anos, da UVA, revela-nos que, apesar das brigas naturais com os pais, acha justo homenageá-los, ainda mais porque seus pais não tiveram a oportunidade de estudar e obter um grau de instrução superior.

Por mais que a gente brigue, aquelas coisas de família, que é normal, a gente sempre quer homenagear alguém. E pela história de vida do meu pai e pelo esforço que ele fez para eu chegar até aqui. Eu sempre estudei em escolas particulares. Eu acho mais do que

justo homenageá-lo. É claro que há outras pessoas da minha família que também merecem, como a minha mãe. Ela prepara o meu jantar, o meu café da manhã. Ela sofreu muito, veio do Nordeste, não tem grau de instrução. Não tem o primeiro grau. O meu pai já tem, mas não tem o segundo. Eu vou dedicar aos dois porque é a realização de vida deles.

Assim, como no passado dos primeiros bacharéis, observa-se que, para os filhos de pais de classe média, a formatura é a coroação de muitos anos de dedicação dos pais aos seus estudos. Além disso, ela é, para os pais, a ocasião que demonstrará aos outros o novo *status* alcançado, ou seja, que sua família também conseguiu ter o seu bacharel.

Eu pretendo participar da colação porque eu acho muito importante, até para os meus pais. Toda vez que eu penso no meu final, eu penso nos meus pais. Meus pais fizeram tanto. Lutaram tanto. Os meus pais passaram por tantas dificuldades. Hoje até que não. A gente está bem, mas quando eu era mais novo passamos por apertos. Hoje eu estou me formando. Para mim vai se muito importante. Eu tenho certeza de que eu vou chorar. Quando eu vir o meu pai, principalmente. Não vai ter jeito. (Douglas, 25 anos, UVA)

Categoria 08- Valores gastos por formando

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Até R\$ 500,00
- De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00
- De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
- De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00
- De R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00
- Mais de R\$ 2.500,00

Gráfico 22

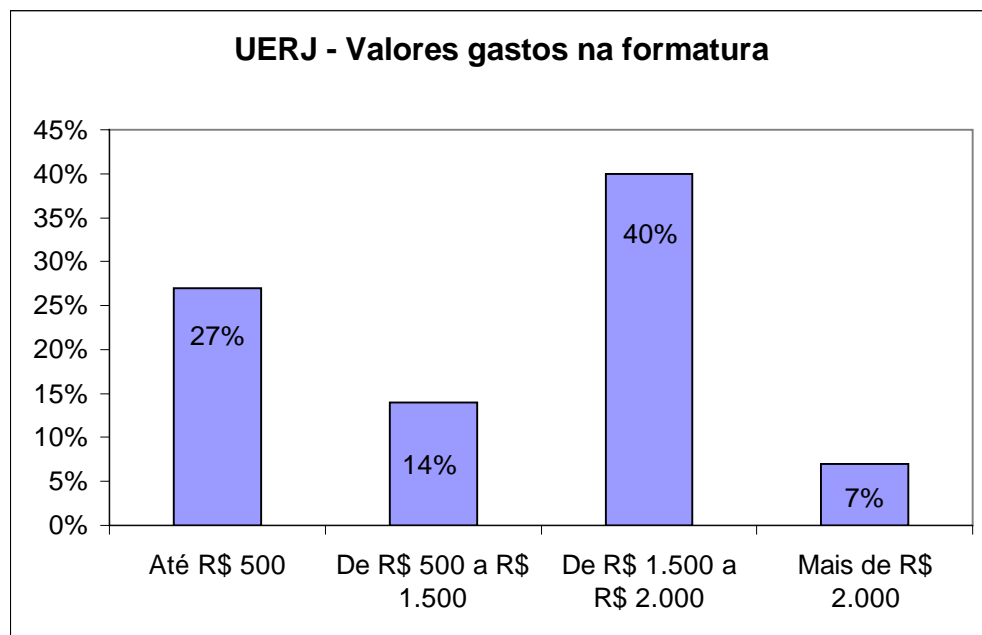


Gráfico 23

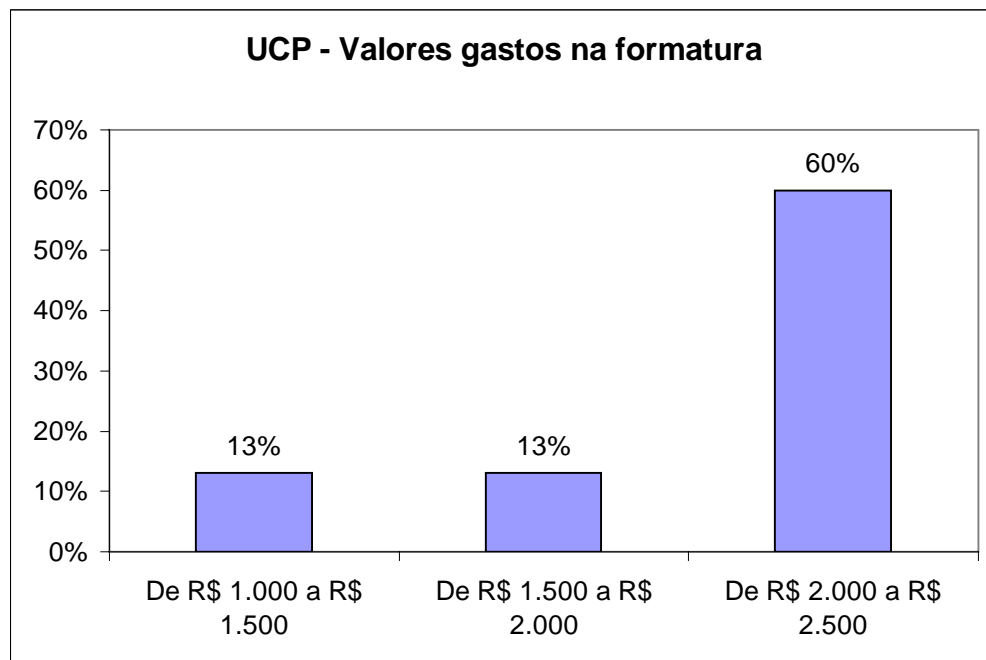
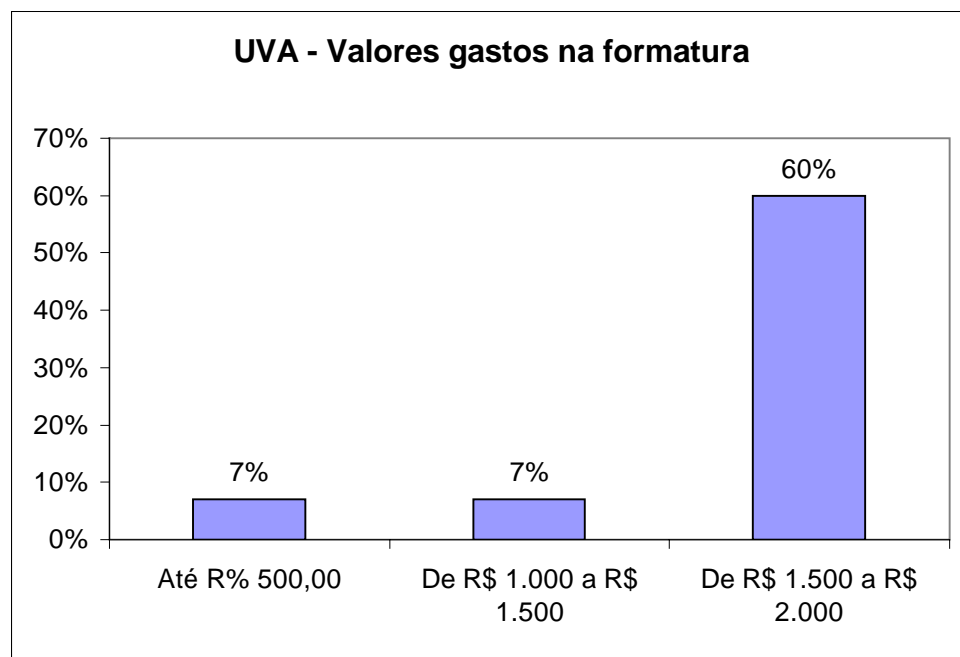


Gráfico 22



São inúmeras as empresas que se oferecem para organizar o cerimonial de formatura. Os preços cobrados são variados e dependem do tipo de ambiente que será alugado, do número de participantes, dos itens que compõem o *kit* de formatura. Em geral, o orçamento, somente para a colação, sem a festa, fica em torno de aproximadamente dois mil reais, dando direito a uns poucos convites, à fotografia tradicional, à beca, à decoração, à música e a algumas placas de homenagens destinadas aos pais e professores homenageados.

Dos alunos entrevistados, os que pagam um preço mais caro são os formandos da UCP e os que pagam um preço mais barato, os formandos da UERJ.

Categoria 09- Parcelamento dos gastos

Parcelamento	UERJ	UCP	UVA
À vista	0%	13%	0%
Três vezes	13%	0%	0%
Seis vezes	0%	13%	0%
Oito vezes	0%	07%	7%
Dez vezes	20%	0%	0%
Doze vezes	20%	20%	33%
Mais de doze vezes	33%	33%	33%

Os alunos-formandos da UCP são os únicos que tiveram participantes que pagaram à vista os valores cobrados pelo *Kit* de formatura. Já os alunos da UVA são aqueles que mais parcelam no carnê o valor da cerimônia, o que indica, mais uma vez, que, para a classe média, a participação em eventos dessa natureza necessita de uma poupança prévia.

Categoria 10- Preços cobrados pelo *Kit* de formatura

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Caro
- Razoável
- Barato

Gráfico 25

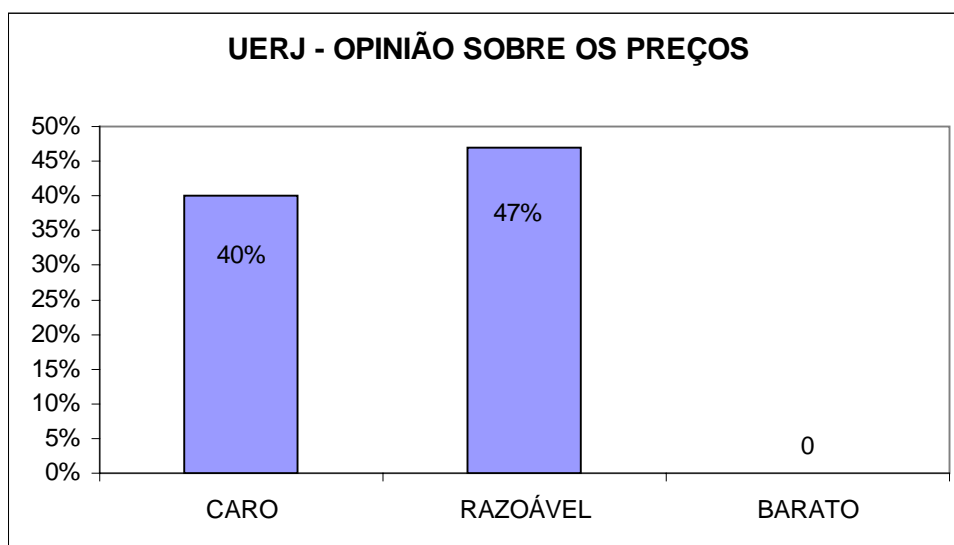


Gráfico 26

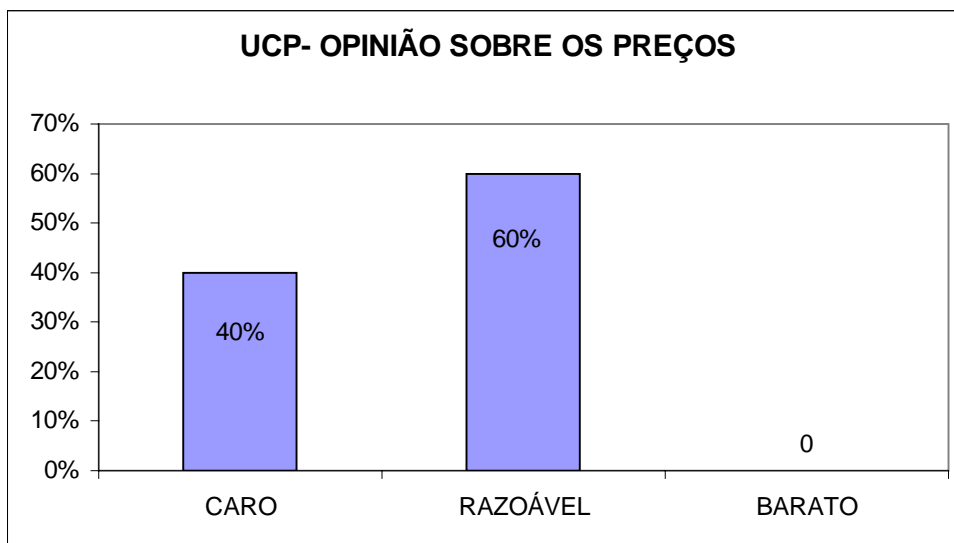
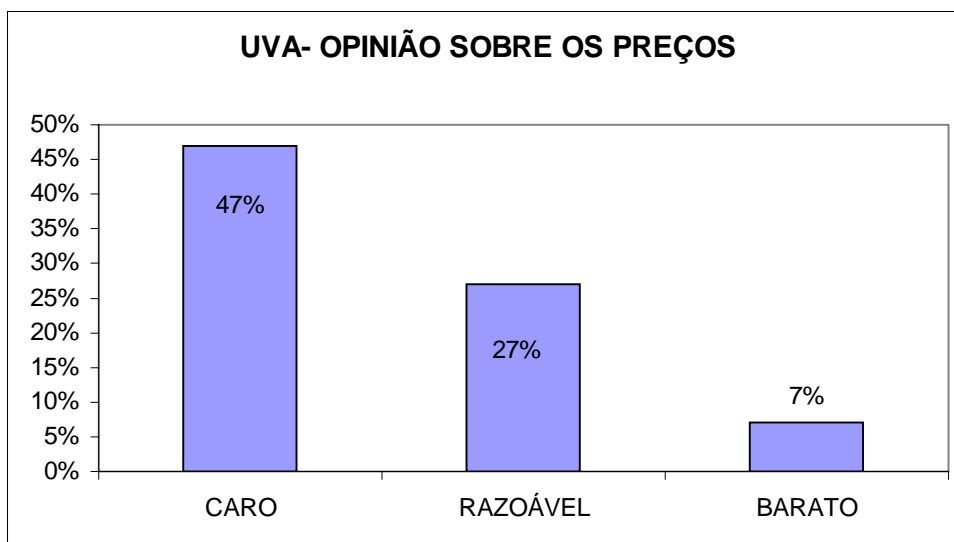


Gráfico 27



Todos querem participar da solenidade de formatura com todas as pompas próprias ao evento, mas, em geral, acham caros os preços cobrados. Os futuros bacharéis de direito da UCP são os que acham os preços mais razoáveis e os da UVA, os que os acham mais caros, embora tenham, em seu grupo, os únicos entrevistados que consideraram baratos os preços cobrados. Geralmente, o

orçamento é acordado entre a comissão de formatura e a empresa contratada, que sela os termos de um contrato de formatura individual a cada participante. Em alguns casos, o não-cumprimento do acordo pode levar a um processo jurídico o contratante e, salvo algumas exceções, o dinheiro pago não será devolvido em caso de desistência.

Categoria 11- Origem da empresa contratada

Foram oferecidas as seguintes opções:

- Internet
- Páginas amarelas
- Propaganda de jornal, revista ou folheto
- Fomos procurados pela empresa
- Sugestão da faculdade
- Sugestão de amigos
- Não sei, foi a Comissão que escolheu
- Não temos empresa contratada

Gráfico 28

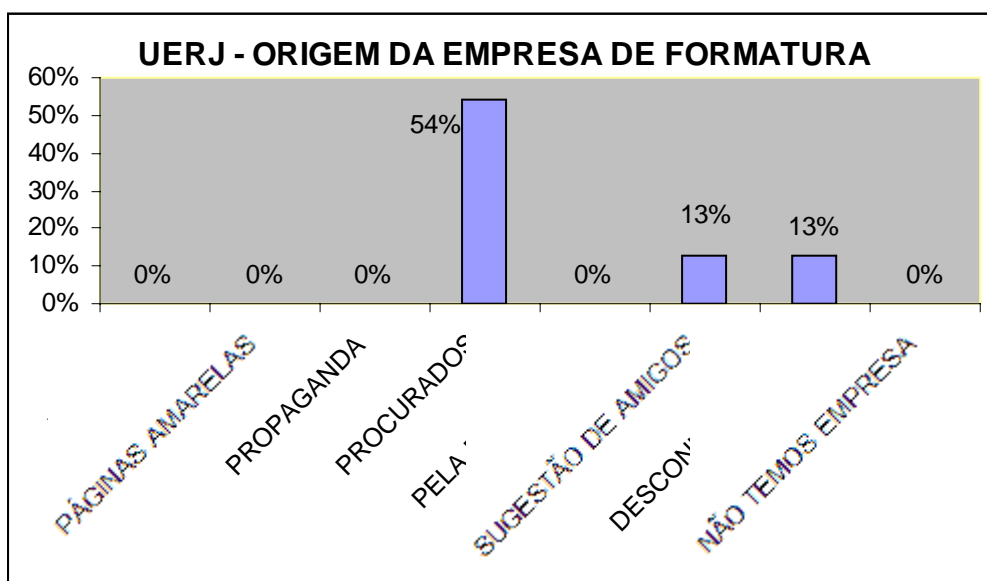


Gráfico 29

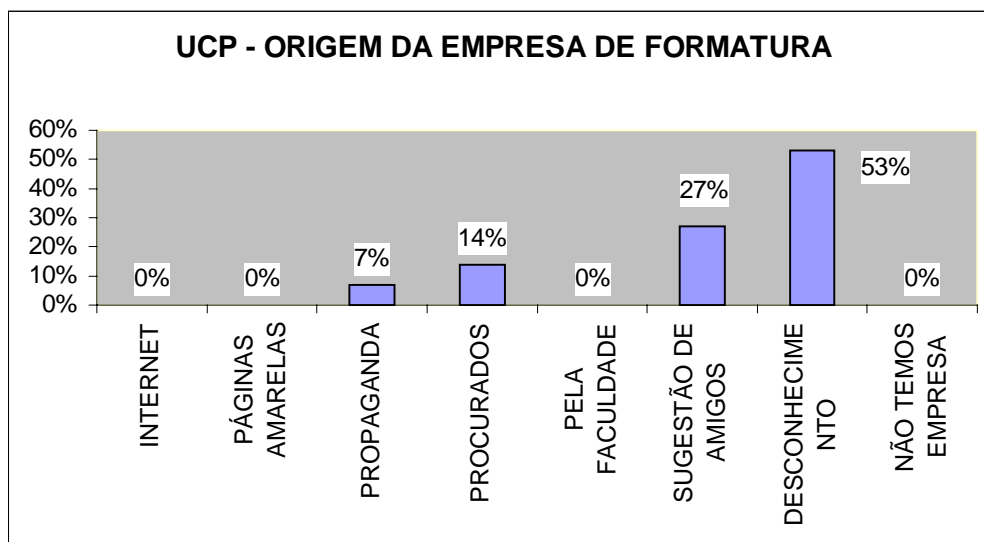
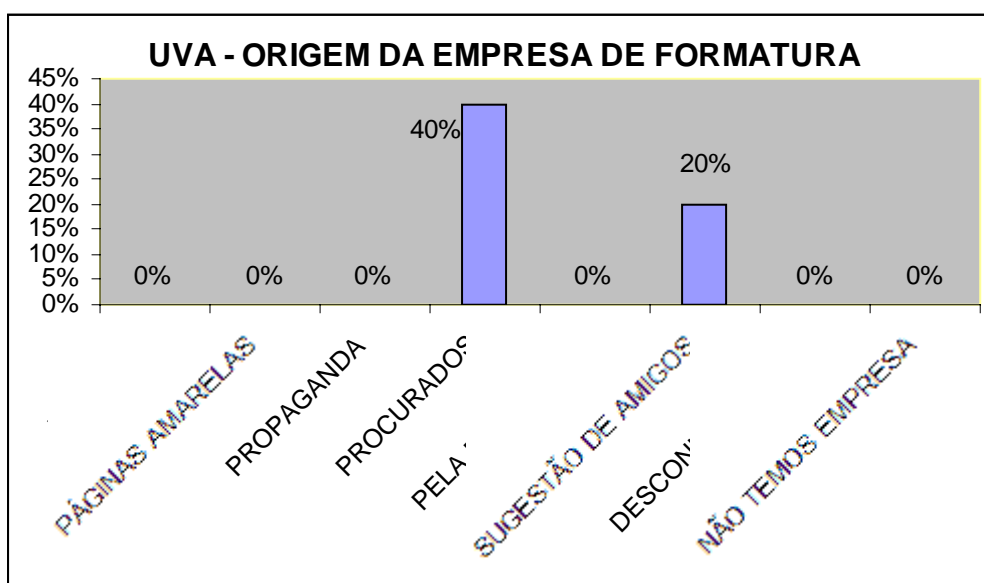


Gráfico 30



Quase todos os alunos foram procurados por uma empresa de formatura, que acabou sendo a empresa escolhida para realizar o cerimonial da solenidade.

A maioria dos alunos da UCP desconhece a empresa contratada, pois delegaram para uma comissão representante essa

decisão. Além disso, muitos acabaram seguindo a sugestão de amigos ou de turmas anteriores.

A análise dos dados nos sugere que, infelizmente, as instituições de ensino superior dão pouca ou nenhuma atenção a esse item. Elas deixam seus alunos à mercê das empresas de formatura, que passeiam livremente pelos corredores das faculdades, sem nenhum cadastro prévio, ofertando pacotes e fechando contratos, sem ao menos se certificar se o aluno está ou não na condição de formando.

7. CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi o de identificar qual o valor da formatura para os futuros bacharéis dos cursos de direito do século XXI. Foi nossa intenção provocar uma reflexão sobre a relevância dessa prática nos espaços universitários e de como estas se enraizaram livremente, ou com pouco rigor, no cotidiano das escolas.

Não há como negar que a formatura é um ato instituído nas rotinas acadêmicas universitárias, e que, em função do valor atribuído a ela, um sonhado objeto de desejo, principalmente em razão dos valores de pertencimento que ela gera aos seus participantes. Para a maioria dos formandos, participar dessa prática ao fim do curso é a conquista de uma vitória no campo cultural e, sendo assim, momento pessoal de realização. Sentimentos esses despertados e movidos por um imaginário que ainda considera a posse desse título como um bem precioso, uma etapa concluída para o exercício de novas atividades profissionais e sociais.

Além disso, os arranjos e os objetos simbólicos de uma formatura se constituem num tipo de linguagem invisível que revela uma cosmo-visão produzida pelo imaginário dos sujeitos envolvidos no evento. Incrustado no inconsciente não revelado pela palavra, mas manifestado pela força de uma herança histórica, esse imaginário reproduz um passado que ecoa apesar das distâncias temporais das gerações sociais.

A reprodução de certos comportamentos é, muitas vezes, reflexos de um imaginário que reside profundamente em nosso inconsciente. E, como a inconsciência é algo que está velado à nossa consciência, é comum não nos darmos conta de que o nosso pensar e o nosso agir são influenciados por essa força-motor que nos é oculta, mas que se radica dentro de nós. O imaginário interfere em nossas intenções e decisões e estar atento a ele, seja no plano

individual ou coletivo, permite ações conduzidas por uma vontade mais consciente.

Mais de que uma reprodução impulsionada pelas convenções históricas e/ou pelas persuasões mercadológicas, a colação de grau em caráter solene deve ser realizada de modo consciente, acompanhada pelos dirigentes universitários e orientadores pedagógicos, para que a razão da educação seja convalidada nesse ato e não se perca em meio às festas e ornamentações.

O término de uma jornada acadêmica, além de benefícios para o aluno e sua família, deve também gerar para a instituição de ensino a certeza de que entregou à sociedade um profissional criticamente capacitado, um indivíduo realmente “formado” para exercer, com ética, além da profissão, o seu papel de cidadão.

A universidade, em razão de suas raízes e importância histórica, sempre foi percebida pelo senso comum como um templo do verdadeiro saber, lugar de encontro dos acadêmicos da alta cultura e provedora dos saberes essenciais para o progresso de uma sociedade, como nos aponta Delors em sua fala sobre a missão do ensino superior:

São as universidades, antes de mais nada, que reúnem um conjunto de funções tradicionais associadas ao progresso e à transmissão do saber: pesquisa, inovação, ensino e formação, educação permanente. (...) Esta responsabilidade das universidades no desenvolvimento da sociedade no seu todo é mais evidente nos países em desenvolvimento, onde os trabalhos de pesquisa dos estabelecimentos de ensino superior fornecem a base essencial dos programas de desenvolvimento, da formulação de políticas e da formação dos recursos humanos de nível médio e superior. Nunca se insistirá bastante na importância do papel que as instituições de ensino superior locais e nacionais podem desempenhar na elevação do nível de desenvolvimento do seu próprio país. (2004, p. 139)

Segundo Fávero a “idéia de universidade é mais complexa do que à primeira vista pode parecer” (2000, p. 9) e, partindo dessa afirmação e também de nossa visão particular, a universidade é um (senão o) ambiente que deve proporcionar uma sólida formação humanística, profissional e crítica ao indivíduo, independente de sua categoria mercadológica, e que, por isso, necessita de um cuidadoso e assertivo agir de seus agentes, sob o risco de incorrer, instalada a displicência, em riscos e atitudes não inerentes à sua função.

A universidade deve promover uma ação reflexiva e, por conseguinte, mais consciente. Nela, não há espaço para a convivência ou a complacência de comportamentos que possam gerar falsos valores ou que sejam apenas uma reprodução superficial de puro caráter simbólico ou protocolar. Nesse contexto, pensar sobre os aspectos contemporâneos das formaturas nacionais é criar possibilidades para se questionar o real sentido das conquistas educacionais, abrindo caminhos para processos de maior conscientização humana, sobretudo a respeito das instituições a serviço do público e do papel que exercem na sociedade.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. *Psicologia aplicada à administração: teoria crítica e a questão ética*. São Paulo: Excelsus Editora, 1992.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

AUGRAS, Monique. *Mil Janelas: Teóricos do Imaginário*. In: *Psicologia Clínica Pós-graduação e Pesquisa (PUC/RJ)*. Volume 12. Rio de Janeiro: Puc, nº 1, 2000, p. 107-131.

AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. Rio de Janeiro: Melhoramentos-Mec, 1976.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. Parecer no. 783/71, C.E.Su. (2º. grupo). *Diplomas de Cursos Superiores, Conteúdo e Registro*. Aprovado em 8 de novembro de 1971.

BRASIL. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP. *Critério de Classificação Econômica Brasil*. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução*. In: NOGUEIRA, M.A. &

CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.127-144.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CORREIO DA BAHIA, Salvador. 17 maio 2004. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br>. Acesso em: 12 abr 2005.

COUTO, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional – a educação do povo*. Rio de Janeiro. Rodrigues & C. 1933.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2004.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

_____. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1993.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade e Poder: análise crítica – fundamentos históricos: 1930-45*. Brasília: Plano, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 14ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Ordem e Progresso*. 6 ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Moda Almanaque. O que usar? Formaturas*. São Paulo. 02 de julho 2006. Disponível em: <http://www.almanaque.folha.uol.com.br>. Acesso em: 09 out 2006.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GENNEP, Arnold van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

KOTLER, Philip & ARMSTRONG, Gary. *Princípios de Marketing*. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LENHARD, Rudolf. *Sociologia Geral*. São Paulo: Pioneira, 1971.

_____. *Administração de Marketing – Edição do Milênio*. São Paulo, Prentice Hall, 2000.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Margarida de Souza. *A ordem é o progresso: O Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Bourdieu & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NÓVOA, António. *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Coleção de Obras Antigas e Raras sobre História da Indústria no Brasil e no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Acervo FIRJAN.

PINTO, Gabriel Hilu da Rocha. *Práticas acadêmicas e o ensino universitário*. Niterói: EdUFF, 1999.

RIBEIRO JÚNIOR, José et al. *História no vestibular da UNESP (1990-2000)*. São Paulo: Fundação Vunesp, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, Zander Campos da. *Dicionário de Marketing e Propaganda*. Goiânia. Referência, 2005.

SILVA, K.V. & SILVA M. H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Brasil, radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes, 1977.

TOBIAS, José Antonio. *História da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Ibrasa, 1986.

UNICEN. *Manual da solenidade de colação de grau dos alunos de graduação*. Disponível em: http://www.unicem.edu.br/primavera/manual_colacao.pdf. Acesso em: 18 ago 2006.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

WERNECK, Vera Rudge. *Cultura e Valor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Eu Educado: uma teoria da educação fundamentada na fenomenologia*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

XLV ESTUDOS MARPLAN. *Relatório Consolidado Nove Mercados – 2005*.

ZUIN, Antonio A . S. *O trote na universidade: passagens de um rito de iniciação*. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARANHA, M. L. A. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 14724. *Informação e documentação- Trabalhos acadêmicos – Apresentação*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 6023. *Informação e documentação- Referências – Elaboração*. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. *Relatório da província da Bahia 1883. Instrução Pública*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness>. Acesso em: 17 maio 2006.

BEILLEROT, J. A. “*Pesquisa*”: *esboço de uma análise*. In: ANDRÉ, Marli (org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas: Papirus, 2001.

BERGER, Peter L. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

BURKER, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBBSAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEMONS, M.T.T.B. & MORAES, N. A. *Memória e Identidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

McLAREN, Peter. *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MORAIS, Regis de. *Cultura Brasileira e Educação*. Campinas: Papirus, 1989.

MORANDI, Franc. *Filosofia da Educação*. Bauru: EDUSC, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Denise Cristina & CAMPOS, Pedro Humberto Faria. *Representações sociais – uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo: Educação e Transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Manual do Formando*. 3ª ed. Disponível em: [http://www.pucrs.br/prac /formaturas/](http://www.pucrs.br/prac/formaturas/). Acesso em: 09 out 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

SÁ, Celso Pereira (org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

TEVES, Nilda (org.). *Imaginário Social e Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

THIOLLENT, Michel J.M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo: Polis, 1982.

TORRES, Carlos Alberto. *Sociologia política da educação*. São Paulo: Cortez, 2002.

UNISC – UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. *Manual de Formaturas*. Disponível em: http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/setores/audio_visual/manual_formaturas
Acesso em: 09 out 2006.

VERÍSSIMO, Luiz José. *Um olhar filosófico sobre a compreensão da História: breves considerações*. In: BITTENCOURT (org.). *Desafios da Comunicação*. Rio de Janeiro: OPVS, 2005.

VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas, 2004.

9. ANEXOS

- I. **Anexo 1:**Manual da Solenidade de Colação de Grau dos alunos de Graduação – UNICEM
- II. **Anexo 2:**O que usar? Formaturas
- III. **Anexo 3:**Critério de Classificação Econômica Brasil
- IV. **Anexo 4:**Roteiro para aplicação de etapa qualitativa
- V. **Anexo 5:**Questionário para aplicação de etapa quantitativa
- VI. **Anexo 6:**Planilha de tabulação pesquisa UERJ
- VII. **Anexo 7:**Planilha de tabulação pesquisa UCP
- VIII. **Anexo 8:**Planilha de tabulação pesquisa UVA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)